

REVISTA

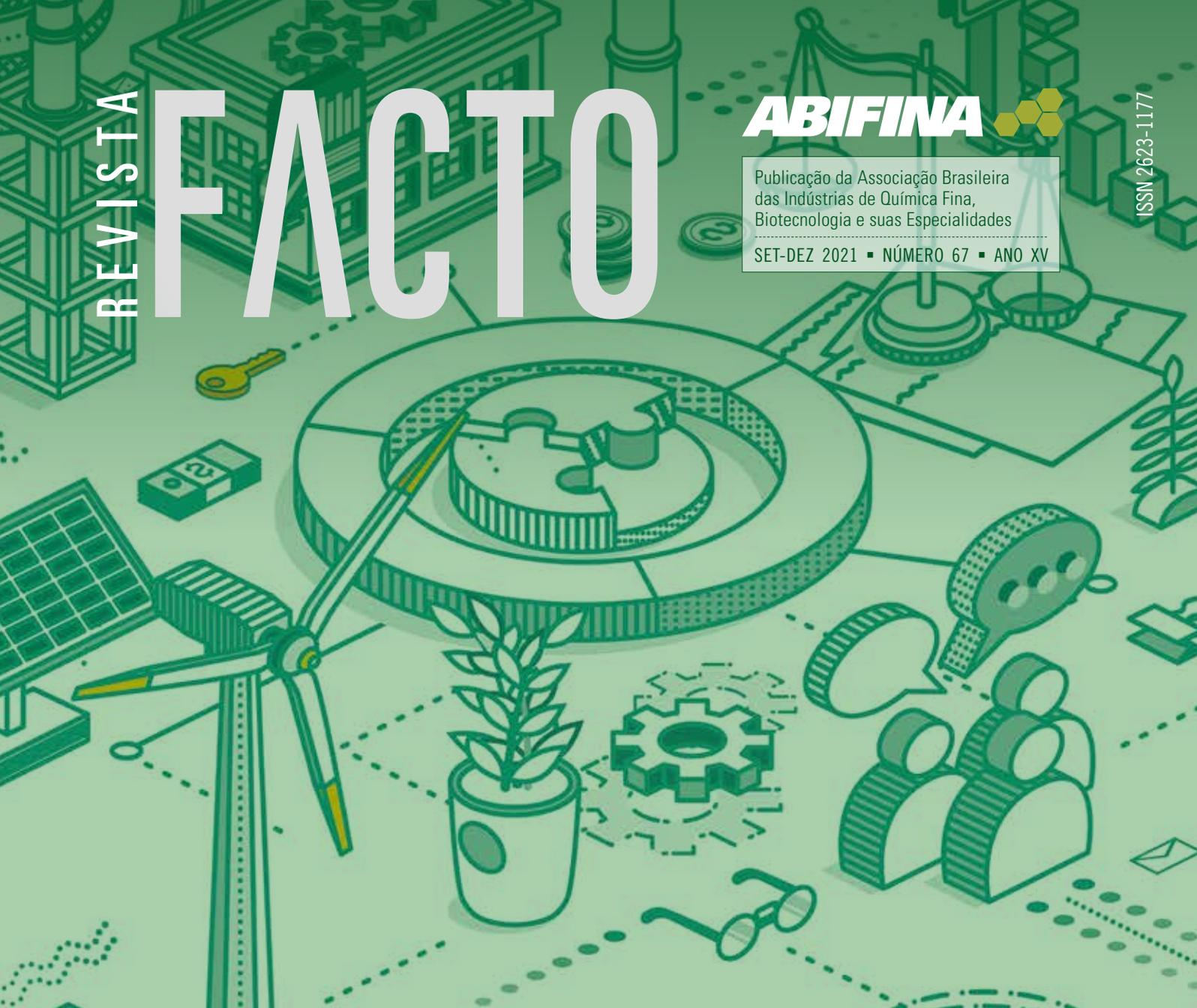
# FACTO

**ABIFINA** 

Publicação da Associação Brasileira  
das Indústrias de Química Fina,  
Biotecnologia e suas Especialidades

SET-DEZ 2021 ■ NÚMERO 67 ■ ANO XV

ISSN 2623-1177



## BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA EM PAUTA NA INDÚSTRIA BRASILEIRA

ENTREVISTA

08



XII SIPID

22



ARTIGO

28





## INOVAÇÃO, EFICIÊNCIA E CUSTOMIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Entramos na reta final da obra de expansão da Unidade U-280 - fase II, que contará com 03 Reatores, 01 Centrífuga, 01 Secador Horizontal, 01 Moinho, 02 Condensadores em materiais especiais, Carbetos de Silício, 01 PTs, além de tanques, vasos e bombas!

Trazendo tecnologias inéditas no país, reafirmamos nosso compromisso com a segurança do operador, qualidade do produto e redução de perdas.

Início das operações em janeiro de 2022, voltada para aumento da capacidade fabril atendendo às demandas de mercado e novos desenvolvimentos em larga escala.

**R\$ 33 MILHÕES  
INVESTIDOS EM  
NOVOS  
EQUIPAMENTOS**

+ 55 21 3651-7300

Duque de Caxias - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Zip Code: 25250-6

[www.nortecquimica.com.br](http://www.nortecquimica.com.br)

//CORPO DIRIGENTE

CONSELHO ADMINISTRATIVO

**Presidente**

Sergio José Frangioni

**Vice-presidentes**

1º Vice-presidente - Marcus Soalheiro

2º Vice-presidente - Jorge Souza Mendonça

Vice-presidente de Planejamento Estratégico - Nelson Brasil de Oliveira

Vice-presidente de Propriedade Intelectual & Inovação - Dante Alario Junior

Vice-presidente p/ Assuntos Governamentais e Acesso - Odilon Costa

Vice-presidente Agroquímico - João Sereno Lammel

Vice-presidente da Cadeia Química - Lélío Augusto Maçaira

Vice-presidente de Biodiversidade - Peter Martin Andersen

Vice-presidente de Biotecnologia - Akira Homma

Vice-presidente Farmacêutico - Marcelo Hahn

Vice-presidente Farmoquímico - Antônio Carlos F. Teixeira

**Diretores**

Diretor de Comércio Exterior - Walker Lahmann

Diretor do Regulatório Farmo - Roberto Altieri

Diretora de Propriedade Intelectual & Inovação - Amanda Lobato Gimenez

Diretora de Relações Institucionais - Juliana Megid

Diretora do Regulatório Agro - Thais Balbao Clemente

Diretora para Assuntos da Biodiversidade - Cristina Dislich Ropke

CONSELHO GERAL

Fausto Terra

José Leônico da Cunha Filho

Karina Belfort de Almeida

Maurício Zuma Medeiros

Sidney Martins

CONSELHO FISCAL

Renato Maziero

Werisson Viana de Araújo

CONSELHO CONSULTIVO

Alberto Mansur

Athayde Júnior

Eduardo Eugenio Gouvêa

Fernando Sandroni

Gabriela Mallmann

José Correia

José Temporão

Karin Brüning

Luiz Borgonovi

Marcos Henrique Oliveira

Pedro Wongtschowski

Telma Salles

PRESIDENTE-EXECUTIVO

Antonio Carlos da Costa Bezerra

//EXPEDIENTE

Coordenação Geral: Luciana Bitencourt | luciana.bitencourt@abifina.org.br

Coordenação de Produção Gráfica: Cláudia Craveiro

Matéria Política: Inês Accioly

Assistente de Produção: Lucielen Menezes

Revisão: Tamara Menezes

Projeto Gráfico: Scriptorio Comunicação

Arte e Diagramação: Conceito Comunicação (conceito-online.com.br)

Impressão: Aerographic

ISSN 2526-1177

ASSOCIADOS

Aché . BioChímico . Biolab . Bio-Manguinhos . Blanver

Blau Farmacêutica . Companhia Brasileira de Lítio . Cristália . EMS

Eurofarma . Fábrica Carioca de Catalisadores . Farmanguinhos Globe

Química . Grupo Centoflora . Instituto Vital Brazil . IBMP . ITF Chemical

Laborvida . Libbs . Microbiológica . Nortec Química . Ourofino Agrociência

Ourofino Saúde Animal . Oxiteno . Prati-Donaduzzi . Supera

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Av. Churchill, 129 / 1201 • Centro

CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ

Tel: (21) 3125-1405

Fale conosco: institucional@abifina.org.br

www.abifina.org.br

SUMÁRIO

ENTREVISTA

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR  
 FALA DA BUSCA  
 POR UM BRASIL GIGANTE

08



MATÉRIA POLÍTICA

ESG: DESENVOLVIMENTO  
 SUSTENTÁVEL NA  
 AGENDA INDUSTRIAL

14



XII SIPID

PROTEÇÃO DE DADOS DE  
 TESTES E EXTENSÃO DE  
 PATENTES EM DEBATE

22



ARTIGOS

06 Fernando Henrique Marini: Barato que sai caro com insumos agropecuários ilegais

28 Zich Moyses Junior: Redução unilateral de tarifas prejudica indústria

MATÉRIA OUROFINO

12 Ourofino Agrociência investe em inovação para manter crescimento

SEÇÕES

04 EDITORIAL

30 PAINEL DO ASSOCIADO

32 ABIFINA EM AÇÃO

Patrocinarão esta edição as empresas:

Biolab Farmacêutica | Globe Química | Nortec Química | Ourofino Agrociência



Antonio Carlos Bezerra

Presidente-executivo da ABIFINA

## BRASIL QUE QUEREMOS

Um país em crise econômica, com uma longa e acentuada desindustrialização, e cuja balança comercial fica ao sabor dos preços internacionais das commodities, não pode se dar o luxo de ampliar direitos de exclusividade sobre a propriedade intelectual e correlatos. Após a extinção do parágrafo único do artigo 40 da Lei da Propriedade Industrial, a ABIFINA direciona sua atenção para tentativas de se instituir no Brasil a proteção de dados de testes – conhecida como *data protection* – na área de medicamentos de uso humano. Esta é a nova fronteira para a extensão dos direitos de exclusividade sobre o conhecimento e a indústria nacional da saúde precisa estar vigilante.

A ABIFINA, que já tinha o assunto na sua agenda institucional, reforça o acompanhamento do tema, promovendo eventos e participando de debates envolvendo o setor produtivo, sociedade civil e governo. O Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento (SIPID), promovido pela entidade, dedicou-se este ano ao assunto, com palestrantes nacionais e um convidado internacional. A **FACTO 67** traz a cobertura completa para quem não conseguiu assistir às apresentações ou para quem deseja registrar todos os detalhes dessa intrincada discussão.

A visão geral é de que o *data protection* significa a extensão além dos 20 anos de vigência das patentes. Com alguns agravantes. A concessão de uma patente depende do atendimento de requisitos técnicos e legais avaliados criteriosamente, e obriga que a empresa revele o conteúdo do pedido após um tempo determinado, de forma que o conhecimento possa ser compartilhado com a sociedade – esta é a contrapartida da exclusividade de mercado dada pela patente. Já a proteção de dados de teste não requer nada disso. Em outras palavras, se instituído, o *data protection* tornará esses dados verdadeiras caixas-pretas. Apenas mais uma ferramenta anticoncorrencial, uma barreira de mercado que em nada contribuirá para o avanço tecnológico nacional.

Um estudo da UFRJ apresentado no SIPID mostra as desvantagens disso em qualquer cenário, com aumento dos preços dos medicamentos e dos gastos do Sistema Único de Saúde (SUS), além de retardar a entrada de genéricos no mercado e prejudicar as inovações. A indústria farmacêutica brasileira cresceu no passado recente graças aos genéricos, o que permitiu um avanço no campo da inovação incremental e, em alguns casos, gerando receitas para empreendimentos disruptivos. Este último caso ainda é incipiente, mas queremos que o futuro seja de um setor produtivo pujante, capaz de levar novidades para o mundo. Temos um enorme diferencial, que é a biodiversidade brasileira, uma fonte de descoberta de novos ativos pouquíssimo explorada.

Soma-se ao *data protection* uma nova estratégia jurídica para tentar promover a extensão dos prazos de patentes, que são disputas judiciais que tentam burlar a legislação, especialmente valendo-se da falta de especialização da maioria dos tribunais em propriedade intelectual. A juíza Marcia Maria Nunes de Barros, da 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro, alerta ainda para o *forum shopping*, ou seja, quando o demandante escolhe a jurisdição mais favorável aos seus interesses para dar entrada na ação. Devido a essas e outras práticas, a ABIFINA conta com o Grupo de Apoio Jurídico – que acompanha ações judiciais sobre o

tema que sejam de interesse dos associados – e o Comitê de Propriedade Intelectual – que monitora temas no cenário nacional e internacional que possam impactar as empresas brasileiras. Foi a consistente atuação na área que ajudou a entidade a conseguir a extinção do parágrafo único do artigo 40 da Lei da Propriedade Industrial.

A presente edição da revista também provoca, em sua matéria política, a reflexão sobre um tema que vem ganhando força, especialmente neste momento de recuperação da crise da covid-19: as boas práticas ESG (*environmental, social, governance*). São iniciativas de sustentabilidade que ganham foco ainda maior de investidores, portanto trazem recursos financeiros para as empresas, além dos conhecidos retornos de imagem e de economia a partir da adoção de inovações tecnológicas.

Nessa instigante reportagem, **FACTO** discute de que forma o Brasil vai lidar com a nova realidade. Ouvimos opiniões divergentes. Há quem acredite que as empresas que assimilarem com consistência as práticas ESG conquistarão vantagem competitiva, crescimento e até um perfil mais inovador ao se abrirem para novas ideias e soluções. Há quem entenda o ESG mais como uma questão inescapável, uma condição imprescindível para as empresas se manterem no mercado. A matéria também estuda como o Estado pode impulsionar a área e foram apontados como exemplos o incentivo fiscal, qualificação profissional, estímulo às empresas de base tecnológica, apoio a pesquisa, desenvolvimento e inovação, e instituição de compras governamentais que considerem esses critérios como preferenciais. Todos esses mecanismos já existem e podem ser direcionados para a sustentabilidade.

A indústria de química fina tem vários casos de adesão aos princípios ESG, tanto que a ABIFINA elaborou o primeiro relatório de sustentabilidade no setor, disponível no site da entidade. Vemos ações em todas as frentes prioritárias indicadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e por especialistas: redução de emissões de gases do efeito estufa, economia circular, gestão responsável de resíduos sólidos, tratamento de efluentes, reúso de água, redução do consumo de energia, uso de fontes renováveis e preservação florestal. A própria ABIFINA tem histórico de engajamento, participando das conferências da ONU Eco-92 e Rio+20 e da construção da Lei da Biodiversidade; orientando associados a usá-la para fazer pesquisas com respeito ao meio ambiente e às comunidades tradicionais; integrando o Fórum da Geração Ecológica do Senado, com a finalidade de elaborar um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável; e estimulando a produção de IFAs vegetais com foco na preservação e valorização dos recursos naturais brasileiros.

Os setores econômicos que liderarem toda essa discussão e assumirem de fato iniciativas de longo prazo terão maior peso político, pois esse é o imperativo futuro. O economista Paulo Nogueira Batista Jr., ex-diretor-executivo no Fundo Monetário Internacional (FMI), defende tal visão – com a qual concordamos – na entrevista que faz parte desta edição. Ele trata ainda de outros assuntos vitais para a indústria nacional e que consistem no caminho verdadeiro para tirar o Brasil da crise, como reverter a desindustrialização, qualificar nossa pauta de exportações com maior peso dos produtos industriais e a articulação do Brasil com outras nações para conduzir processos de mudanças globais. Sim, o especialista vê potencial no País para assumir um papel de liderança. Como, inclusive, já teve no passado recente nas questões climáticas, mas perdido com políticas que claramente ignoram e até desvalorizam o tema.

Outro assunto que tem sido foco de atenção da ABIFINA é a pirataria em produtos de química fina. Tanto realizamos pleitos junto às autoridades competentes para fiscalizarem as práticas ilegais, como atuamos no Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) para o planejamento de iniciativas. Além disso, apostamos na educação. Após lançar a “Cartilha para o consumo seguro de produtos naturais”, a ABIFINA produziu a “Cartilha de combate à pirataria de insumos agropecuários – defensivos agrícolas e produtos veterinários”. O que acontece neste segmento é objeto do artigo do engenheiro agrônomo Fernando Henrique Marini, consultor na área de segurança do agronegócio, que também aponta os problemas com produtos veterinários.

Já a recente decisão unilateral do Brasil de reduzir em 10% as alíquotas da Tarifa Externa Comum (TEC) é mais uma pauta tratada pela ABIFINA e abordada no artigo do consultor Zich Moyses Junior. Ele defende que a resolução seja revista com base na análise de risco para cada cadeia produtiva. Apesar de demonizada pelos neoliberais, a proteção tarifária existe até em nações desenvolvidas, consistindo em uma importante ferramenta de políticas públicas e não em um recurso ultrapassado. Devemos pensar estrategicamente nos setores que queremos desenvolver.

Esta **FACTO** aborda assuntos atuais, mas que se arrastam há anos pela falta de visão de longo prazo. Maior sustentabilidade, desenvolvimento da indústria, avanço tecnológico, combate à pirataria ou proteção tarifária, tudo depende de uma visão clara do Brasil que queremos e de uma política de Estado para chegarmos lá, conduzida por governos comprometidos verdadeiramente com o País. Acima de partidos e de diferentes visões de mundo, está a necessidade de preservar com afinco os propósitos nacionais por anos e até décadas, de forma que possamos ver enfim resultados consistentes de políticas públicas. 



Foto: Eugenio Guillard

## Fernando Henrique Marini

Engenheiro agrônomo, consultor na área de segurança do agronegócio, com foco no combate à pirataria de insumos agrícolas no Brasil

# INSUMOS AGROPECUÁRIOS ILEGAIS: “O BARATO QUE SAI CARO”

O agronegócio é um dos setores mais importantes da economia brasileira e responsável por boa parte do saldo positivo da balança comercial do País. O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. Mas esta pujança pode estar sendo colocada em risco devido ao uso de insumos agropecuários ilegais nas lavouras e em animais de criação. A utilização de defensivos agrícolas e produtos veterinários piratas é uma ameaça constante que merece atenção das autoridades brasileiras, envidando esforços para combater estes produtos.

A pirataria compreende os ilícitos de contrabando, falsificação, roubo de cargas pertencente a propriedades rurais ou revendedores e a receptação destes produtos roubados. A principal justificativa para a utilização destas mercadorias é o custo mais baixo em relação ao praticado no mercado. Em alguns casos, trata-se de produtos que foram retirados do mercado, como é o caso do herbicida Paraquate, que teve um aumento expressivo de apreensões de contrabando oriundo da Argentina em 2021.

Os defensivos agrícolas contrabandeados apreendidos no Brasil são majoritariamente produtos comercializados legalmente no Paraguai, Uruguai e Bolívia, que entram de forma ilegal no País. Produtos vindos do Paraguai representam a maior porcentagem de apreensões. Um dos produtos mais contrabandeados é o inseticida Benzoato de emamectina, mas herbicidas e fungicidas também são trazidos para o Brasil. Por não serem registrados no País e não terem passado pela avaliação do Ministério da Agricultura, Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), não há como garantir a qualidade e a

segurança para o uso destes agroquímicos nas lavouras, colocando em risco toda a atividade agrícola.

No caso da falsificação, ela é realizada nas regiões Norte e Noroeste do Estado de São Paulo, no Triângulo Mineiro e no Estado de Goiás. Fungicidas e inseticidas são as classes mais falsificadas e, como no contrabando, o custo menor que o mercado formal é a justificativa dada para a aquisição dos produtos. Produtos falsificados não são eficientes no combate às pragas, doenças e plantas daninhas. Normalmente não há ingredientes ativos na sua composição e, portanto, o risco de perda das lavouras é alto.

O roubo de cargas pertencente a propriedades rurais ou revendedores teve um grande crescimento nos últimos anos e, por consequência, houve o aumento da receptação destes produtos roubados. Um dos destinos das mercadorias é a falsificação. Já foram realizadas operações policiais contra quadrilhas de falsificadores que, a partir de um litro de produto legal, produziam 10 litros de produto falsificado, conseguindo auferir um grande lucro. Como são produtos específicos para uso agrícola, o outro destino do roubo é a receptação,

o que causa uma competição desleal no mercado de produtos agrícolas, favorecendo quem utiliza ilegalmente agroquímicos roubados em suas plantações.

O mercado de agroquímicos ilegais no Brasil traz sérios riscos para a saúde humana, meio ambiente, segurança pública e para a economia por não haver garantia de sua qualidade e eficiência na utilização nas plantações. Estima-se que os produtos piratas atinjam 20% do mercado legal. Traduzidos em valores, isso chega a US\$ 2 bilhões.

É importante ressaltar que a legislação brasileira é uma das mais rigorosas e, tanto na Lei dos Agrotóxicos (Lei 7.802/89) como na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), está prevista a destruição das lavouras onde forem aplicados defensivos agrícolas ilegais. Os “fabricantes” de pesticidas ilegais não seguem as rígidas normas de fabricação exigidas da indústria formal, nem investem em programas de uso correto e seguro para os agricultores.

O crescimento do mercado ilegal de defensivos pode colocar em risco o agronegócio, principal setor da economia. Uma das possíveis consequências seria afetar as exportações brasileiras de produtos agrícolas. A utilização de agroquímicos ilegais é um crime em que o “BARATO PODE SAIR CARO”.

## PRODUTOS VETERINÁRIOS

Assim como no caso dos defensivos agrícolas, o mercado de produtos veterinários também vem sendo afetado pela pirataria no País. Os ilícitos praticados são a falsificação e o contrabando, com destaque para a falsificação.

A falsificação revela-se o maior problema para o setor. Quadrilhas instaladas nas regiões Noroeste e Norte do Estado de São Paulo falsificam as mercadorias, que são comercializadas em todo o território nacional. Os produtos não são avaliados pelo Ministério da Agricultura e, desta forma, os animais de criação e de estimação podem ser afetados quando forem tratados com as falsificações. A aplicação de produtos veterinários ilegais pode causar riscos para a saúde humana pelo consumo de carne de animais tratados com eles.

Sendo o Brasil um dos maiores produtores e exportadores de proteína animal, há sério risco deste mercado ser afetado pelo bloqueio de países importadores caso sejam detectados resíduos em níveis não permitidos ou produtos de uso ilegal. O uso de produtos veterinários ilegais é mais um caso em que o “barato pode sair caro”. 🍷

# É NATURAL, MAS PRECISA SER LEGAL!

Outro segmento da química fina que é alvo de ilegalidades como falsificação e propagandas enganosas é o de produtos naturais – fitoterápicos, suplementos alimentares e Medicina Tradicional Chinesa.

Aquela falsa ideia de que “se é natural, não faz mal” deixa a população vulnerável, colocando sua saúde em risco. As vendas pela internet, em plataformas de comércio eletrônico, agravaram e muito o problema, valendo-se da desinformação ou do subterfúgio de anunciar efeitos milagrosos para emagrecer ou curar doenças, por exemplo.

Esses produtos irregulares, como nos demais casos apresentados, não possuem autorização da Anvisa, usam insumos proibidos ou alterados, ou levam o consumidor a erro, induzindo-o a adquirir algo para um uso não recomendado.

Os produtos naturais são comprovadamente eficazes, mas também podem ser perigosos. Apesar de virem da natureza, possuem ativos químicos que podem causar reações adversas ou interação com medicamentos.



A portrait of Paulo Nogueira Batista Jr., an older man with grey hair and glasses, wearing a dark suit and tie. He is smiling and sitting in a black office chair. Behind him is a large wooden bookshelf filled with many books of various colors. The lighting is soft, highlighting his face.

**Paulo Nogueira Batista Jr.**

## **A BUSCA POR UM BRASIL GIGANTE**

**O** economista Paulo Nogueira Batista Jr., ex-diretor-executivo no Fundo Monetário Internacional (FMI), sustenta a tese de que o Brasil pode estar à frente das grandes mudanças mundiais, articulando-se com as mais diversas nações para isso. Na entrevista a seguir, ele explica que o País é um gigante em território, população e economia. Mas o Brasil precisa de um governo que lidere uma virada, usando instrumentos econômicos para incentivar a indústria nacional. Para se desenvolver, o Brasil deve aumentar a participação da indústria na pauta de exportações. E para isso, precisa largar a ideia ultrapassada de que seria preciso fazer uma abertura irrestrita e mal planejada da economia, substituindo indiscriminadamente os produtos nacionais pelos importados. Ex-vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), Batista comenta ainda os motivos desta iniciativa – de grande potencial para ajudar financeiramente os países – não ter deslanchado.

### **O Brasil está há anos em processo de desindustrialização. Como reverter essa realidade?**

Primeiro, é preciso conscientizar a sociedade, a academia, a opinião pública e os partidos políticos quanto à importância para o País de reindustrializar a economia, de aumentar o peso do setor industrial no PIB. É preciso criar consciência da importância de uma indústria diversificada, que produza não só bens de consumo, mas também bens intermediários e bens de capital. E fazer esse debate de forma ampla e profissional. Não é concebível que uma nação continental e fortemente urbanizada possa depender apenas da agropecuária e dos serviços, deixando o seu setor industrial minguar.

A indústria e suas associações deveriam tentar deixar claro que não se trata de uma luta corporativa, setorial, mas de algo que interessa ao Brasil como um todo. A pandemia deixou evidente como é importante não depender em excesso de cadeias produtivas globalizadas. Todos os países que se prezam tiraram essa conclusão óbvia e estão redescobrimo, ou enfatizando mais, o *made in* no próprio país, a internalização das cadeias produtivas sempre que possível e conveniente.

Aqui no Brasil persiste, entretanto, uma visão atrasada. Não se percebe que a integração internacional não pode se dar com uma abertura irrestrita da economia, mal preparada, e permitindo a substituição indiscriminada da produção industrial doméstica por importações.

### **Qual é a importância da indústria de química fina, em especial os segmentos da saúde e do agronegócio, para o desenvolvimento econômico brasileiro?**

A indústria de química fina é um setor estratégico, que merece atenção especial. Por exemplo, na pandemia ficou claro que a maioria dos países latino-americanos havia perdido nas décadas recentes a capacidade de produzir insumos médicos essenciais, o que criou uma vulnerabilidade importante. É preciso tirar as consequências disso e voltar a praticar políticas industriais modernas, mobilizando inclusive o BNDES e outros bancos públicos para apoiar a indústria que opera, produz e gera empregos em território nacional.

**“A sustentabilidade é um tema inescapável para a indústria e todos os setores da atividade econômica. Deve ser vista como oportunidade e não um fator limitador”**

**“Agropecuária e mineração continuarão a ter peso decisivo na pauta de exportações e no PIB, mas o setor urbano-industrial precisa ser recomposto, apoiado e dinamizado. Isso depende de um plano de ação do Governo Federal”**

### **Quais são as perspectivas para a indústria nacional, considerando um cenário ainda nebuloso frente à pandemia?**

Enquanto não houver governo em Brasília, pouco se poderá fazer. O que se pode esperar é que, a partir de 2023, volte a existir um governo comprometido com a defesa do interesse nacional brasileiro. É importante fazer esse debate em 2022, para que, nas campanhas eleitorais, os candidatos deem a devida atenção à temática industrial. Temos os instrumentos para retomar a defesa e a promoção da indústria nacional. Mas não os utilizaremos enquanto não tivermos clareza, como sociedade, dos nossos objetivos de longo prazo.

Não vamos nos enganar, pensando que podemos contar apenas com a exportação de commodities para tirar o País do atoleiro. Uma economia do porte da brasileira não será puxada somente por exportações de produtos primários. Agro pode até ser “pop”, mas não resolve tudo. Agropecuária e mineração continuarão a ter peso decisivo na pauta de exportações e no PIB (Produto Interno Bruto), mas o setor urbano-industrial precisa ser recomposto, apoiado e dinamizado. Isso depende de um plano de ação do Governo Federal.

### **O incentivo governamental a práticas sustentáveis pela indústria pode contribuir com a recuperação econômica do País?**

A sustentabilidade é um tema inescapável para a indústria e todos os setores da atividade econômica. Deve ser vista, no meu entender, como uma oportunidade e não como um fator limitador. Ou seja, os industriais devem se perguntar, e já estão se perguntando com certeza: quais são as oportunidades de inovação e investimento que as preocupações climáticas – como aquecimento global e poluição do ar, da água, da terra – estão trazendo para o setor? Como os governos do Brasil e dos nossos principais parceiros comerciais estão atuando



## “Os setores da economia que mostrarem liderança e capacidade de contribuir para a discussão da sustentabilidade ganharão peso político automaticamente”

em termos de incentivos e outras políticas que possam afetar os planos da indústria? Os setores da economia que mostrarem liderança e capacidade de contribuir para essa discussão ganharão peso político automaticamente.

**O senhor defende que o Brasil pode liderar um novo destino global, juntando-se a outros países da América Latina, Ásia e Europa. Como fazer isso e por onde começar?**

O Brasil é um dos gigantes do mundo, em termos territoriais, populacionais e econômicos. Tem características históricas que nos dão uma visão naturalmente global. O País já é global na sua origem. Para cá vieram povos de quase todos os cantos do planeta. Por isso, acredito que o Brasil tem condições de atuar junto com outros países, próximos e distantes, ricos e pobres, grandes e pequenos, para enfrentar os enormes desafios – climáticos, de saúde, econômicos e sociais – com que a humanidade se defronta. Desafios que não poderão ser superados apenas no âmbito nacional e mesmo regional.

**O senhor comenta que o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS foi bem-sucedido em captação de recursos,**

**mas não teve a mesma sorte em obter novos membros e em incentivar projetos. Por que isso aconteceu?**

Tratei desse tema em certo detalhe no meu livro mais recente, “O Brasil não cabe no quintal de ninguém”, especialmente na segunda edição que saiu em 2021. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) foi criado pelo BRICS para ser um banco de alcance global, com membros em todas as áreas do mundo. Por diversas razões, organizacionais e políticas, macro e micro, o NBD não avançou quase nada em termos de ingresso de novos países membros desde que começou a operar em Xangai em 2015. Só agora, em 2021, entraram três países novos.

O NBD tem pouca presença mesmo nos cinco países que o fundaram. Os projetos são aprovados na Diretoria do Banco, porém a implementação é demorada. Mas o NBD está lá, tem expressivo capital próprio, foi bem-sucedido na emissão de títulos, formou a sua equipe técnica e pode ser dinamizado, se houver vontade política. Conta com o apoio do país-sede [China], o que é muito importante. Para que o Brasil possa contribuir para o desenvolvimento do Banco, de novo, precisa de um governo em Brasília. Veremos se será possível mudar esse quadro a partir de 2023. 🌱

## “O Brasil tem condições de atuar junto com outros países, próximos e distantes, ricos e pobres, grandes e pequenos, para enfrentar os enormes desafios com que a humanidade se defronta”



IFAS

GLOBE  
QUÍMICA

SEUS IFAS NO BRASIL

▶▶▶ A ROTA DA EXCELÊNCIA PASSA POR AQUI! ▶▶▶

A Globe é uma **empresa brasileira**, preparada para o **desenvolvimento e produção de IFAs com segurança e confiabilidade** comprovada pela ANVISA.

Combinamos **experiência, capacidade produtiva e competência intelectual**, para a construção de uma estratégia de desenvolvimento ágil e adequada às necessidades de cada um dos nossos clientes. Como empresa buscamos ser referência na nacionalização de IFAs.

**Qualidade assegurada, segurança regulatória e confiabilidade de fornecimento** são garantias básicas dos nossos processos. **Agilidade, conhecimento, performance e equipe** são alicerces das nossas atividades.

▶▶▶ Nosso objetivo é ser seu melhor parceiro no desenvolvimento e produção de IFAs e nossa META é ser uma referência nacional na construção de CADIFAS. ▶▶▶



QUALIDADE E  
SEGURANÇA EM  
TODAS AS ETAPAS

SEGURANÇA  
REGULATÓRIA



NOVOS  
NEGÓCIOS



**CONTATOS:**



[www.globequimica.com.br](http://www.globequimica.com.br)



[comercial@globequimica.com.br](mailto:comercial@globequimica.com.br)



+55 (19) 3872-8748



<https://www.linkedin.com/company/globequimica>

# OUROFINO AGROCIÊNCIA

## INVESTE EM INOVAÇÃO PARA

## MANUTENÇÃO DO CRESCIMENTO

### EMPRESA PREVÊ AMPLIAÇÃO SIGNIFICATIVA DO PORTFÓLIO E ESCALADA DO MARKET SHARE NA CULTURA DE SOJA É ESTRATÉGIA PARA DOBRAR FATURAMENTO

**A**ntes mesmo de completar dez anos de atuação no mercado nacional, a Ourofino Agrociência renovou os compromissos com produtores ao instituir, em 2017, o propósito de reimaginar a agricultura brasileira a partir de soluções inovadoras e adequadas às necessidades de clima e solo locais. Quase seis anos mais tarde, com pouco mais de uma década de atuação, a empresa se abre para novos desafios em ciclos de médio e longo prazos (cinco e dez anos, respectivamente). As metas iniciais já estão definidas e envolvem a gestão financeira, de distribuição, de pessoas e de novos produtos.

À frente dessa nova etapa empresarial está Marcelo Abdo, atual CEO da companhia. Com essa estratégia, a Ourofino espera alcançar crescimento robusto e compatível com o desempenho sustentável que registrou ao longo da sua trajetória. Nos próximos cinco anos, prevê uma receita de R\$ 3 bilhões. Até 2031, o resultado deve alcançar R\$ 5 bilhões.

Apesar do novo momento gerencial, a premissa segue amparada na inovação e na entrega de soluções diferenciadas, apropriadas para as necessidades locais relacionadas ao clima e solo brasileiros. “Somos uma empresa de origem brasileira e sabemos dos desafios que o agricultor precisa superar para manter o seu negócio. Por esse motivo, buscamos sempre oferecer tecnologias diferenciadas a fim de colaborar com esse processo”, explica Marcelo Abdo.

Para atingir os objetivos de curto, médio e longo prazo, a Ourofino Agrociência investe no desenvolvimento do portfólio, o que costuma envolver longas pesquisas em parceria com institutos e profissionais renomados, internos e externos.

Mais do que lançar novos produtos, a indústria de defensivos procura oferecer soluções

que atuem de maneira sustentável, que confira maior segurança ambiental e, ainda, ofereçam ao produtor a possibilidade de ampliar os ganhos por meio do manejo adequado e do controle de pragas, doenças e plantas daninhas presentes em vários tipos de lavouras.

Dona de um portfólio bastante variado e voltado para diferentes alvos, a companhia se destaca na participação de mercado nas culturas de cana-de-açúcar, maior *market share* da companhia, soja, milho e algodão, além do café e da citricultura. Uma das metas para o próximo período é ampliar a participação na sojicultura.

Para tanto, a Ourofino oferece aos agricultores o Pontual®, produto voltado para o manejo da ferrugem asiática, fungo comum na sojicultura e potencialmente muito danoso. Esse é um novo mercado para a empresa, que permitirá ampliar significativamente sua presença no segmento que lidera o mercado agrícola brasileiro na atualidade.

Além do fungicida Pontual®, a companhia de origem brasileira segue trazendo outras novidades. Em 2021, lançou também o Goemon®, seu primeiro produto patenteado e oferecido por meio da sinergia com a ISK Biosciences, parceira da



Ourofino Agrociência desde 2019. A solução é indicada para o manejo de lagartas de difícil controle nas culturas de café, milho, soja e tomate.

Em novembro, foram lançados os inseticidas destinados ao manejo de pragas sugadoras Vivantha®, com aplicação foliar e foco nas culturas do algodão, café, milho e soja, e ÍmparBR®, usado no tratamento de sementes em arroz, milho e trigo.

A renovação de portfólio e de atuação da empresa foi impulsionada há cerca de dois anos, quando firmou parcerias estratégicas com as companhias japonesas Mitsui e ISK. A primeira amplia as possibilidades referentes à logística e compra de insumos. Já a segunda agrega ao perfil inovador e tecnológico voltado para os produtos.

A expectativa da Ourofino é ter um crescimento exponencial no seu portfólio, partindo de 68 produtos, somando principais e clones na primeira década, e chegando ao total de 285 itens até 2031. Essa previsão permite traçar planos para ampliar substancialmente o faturamento da empresa em apenas cinco anos.

Para tanto, há o investimento em pesquisa. Mas não só. A companhia também se debruçou em um plano estratégico de distribuição para melhorar a performance no campo logístico e definiu novos programas de relacionamento com o cliente.

Outra forma de ampliar o crescimento é investir na qualificação dos profissionais que fazem parte do time

da empresa. A Ourofino Agrociência procura promover a formação continuada da equipe, independentemente das posições ocupadas. Além disso, trabalha para fomentar o desenvolvimento de novas competências.

“Buscamos a excelência operacional e estamos investindo fortemente para aumentar a qualificação dos cerca de 450 colaboradores da companhia. Do operador ao líder, todos terão ainda mais chance de crescer e desenvolver novas competências”, comenta o presidente da companhia.

Com um complexo fabril tecnológico considerado um dos mais modernos do mundo, a empresa já consegue fabricar 120 milhões de quilo/litros por ano. A capacidade, porém, pode ser ampliada sem necessidade de grandes reformas, uma vez que a fábrica foi desenvolvida para crescer continuamente. Para isso, basta adicionar componentes industriais e reatores à estrutura existente. A depender da empresa, essa mudança acontecerá o mais breve possível, sem deixar de contemplar as esferas ambiental, social e de governança (ESG).

Como exemplo, no exercício societário encerrado em março de 2021, os efluentes industriais gerados no complexo de Uberaba (MG) caíram 45,7% graças a melhorias de engenharia de produção. Entre elas, o aumento no reuso de água na limpeza e a padronização do processo de *setup* das linhas fabris. “Dados como esse demonstram que a gestão da Ourofino Agrociência se fortalece cada vez mais e que ela é sistêmica e forte em todos os ângulos”, pontua Abdo. 🍇



Fotos: Divulgação Ourofino



Matéria Política

# ESG: UMA JANELA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O mundo começa a se recompor de uma crise sanitária sem precedentes, que afetou a economia e especialmente a indústria de diversos países. Junto com iniciativas de estímulo à retomada do desenvolvimento econômico emergiu, como não poderia deixar de ser, o imperativo da sustentabilidade socioambiental. Cresce a pressão da sociedade para que as indústrias e empresas em geral se adequem aos critérios ESG – sigla que em inglês se refere a boas práticas ambientais, sociais e de governança (*environmental, social, governance*). A adoção dessas práticas traz retorno institucional e financeiro para as empresas. Hoje, estima-se que ao menos 30 trilhões de dólares em ativos estão sob gestão de fundos de investimento com foco em ESG. Como o Brasil irá lidar com essa nova realidade é o tema em discussão nesta reportagem.

## OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Para Peter Andersen, presidente do Grupo Centroflora, o ESG não será necessariamente um instrumento para aumentar a rentabilidade das empresas, mas sim para que elas continuem no jogo, “pois os atuais impactos sociais (má distribuição da riqueza e renda) e ambientais (emissão de CO<sub>2</sub> nas últimas décadas) impõem mudanças nas práticas de gestão das corporações. Em resumo, ou as empresas se enxergam como parte do problema e se adaptam a um modelo ESG, ou não terão espaço. De qualquer forma, a melhora das práticas de gestão advindas do modelo ESG pode trazer impactos positivos no resultado de médio e longo prazo. A escolha entre construir um mundo mais sustentável ou ter bons resultados financeiros não precisa necessariamente ser um dilema”.

Na avaliação de Mônica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), já há algum tempo a indústria brasileira está em processo de adequação aos princípios de ESG, e com muito empenho nos últimos anos. “Percebemos que o setor tem buscado cada vez mais apoio para implementar melhores práticas atreladas ao ESG, as quais contemplam um conjunto de ações que norteiam a atuação empresarial e minimizam os impactos negativos de suas atividades”. Entre as vantagens da adequação aos princípios de ESG para as empresas destacam-se, segundo ela, a mitigação de riscos (jurídicos, trabalhistas e ambientais), o impulsionamento de ativos sustentáveis e o estímulo ao consumo consciente de produtos, com potencial incremento na carteira de clientes, fornecedores e investidores. Entre os desafios, a diretora da CNI aponta dificuldades na padronização da coleta de dados, na definição de metodologia para mensuração de resultados e na interpretação dos resultados em linguagem simples e objetiva para efeito de comunicação.

Luiz Cesio Alves, presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), acredita que a agenda ESG tem o potencial de criar oportunidades para todos os setores empresariais. “Seja pelo aumento da competitividade ou pela redução de custos e riscos. Trata-se de um tema prioritário para a Firjan. Por isso, criamos em 2020 um Grupo de Trabalho Empresarial que reuniu experiências e informações de empresas associadas que já aplicam os critérios ESG em suas operações nacionais e internacionais, buscando estimular nossa base empresarial a aprimorar sua gestão. Esse grupo foi responsável por uma série de ações, entre elas a publicação de critérios e métricas ESG para a indústria”, revela.

Alves acrescenta que “a intensificação do movimento ESG em grandes indústrias resulta em maior pressão sobre diversas cadeias de fornecimento, o que aponta um potencial de competitividade para empresas com bom desempenho nessa área. Além disso, há que se considerar os riscos em termos de impactos sociais e ambientais decorrentes da atividade industrial. Quanto maior o risco associado, mais relevante é o engajamento em práticas de sustentabilidade”.

A indústria de química fina já adota em larga escala critérios ESG em suas rotinas, de acordo com Marcelo Mansur, presidente da Nortec Química. “Isso está no nosso DNA já que a química fina é submetida aos mais rigorosos critérios regulatórios, inclusive no aspecto ambiental. Os quesitos sociais e de governança são essenciais para qualquer empresa que pretenda ter perenidade e impacto

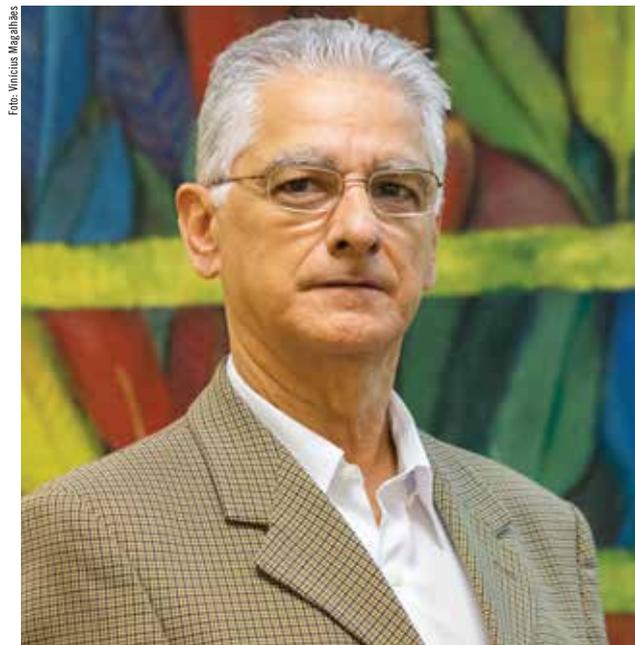


Foto: Vinicius Magalhães

**“A pandemia da covid-19 potencializou os impactos negativos na economia global, e o que podemos fazer agora é iniciar a retomada considerando um modelo de economia que incorpore práticas de sustentabilidade ambiental, inclusão social e governança”**

Luiz Alves

## //Matéria Política

positivo na comunidade em que se situa. Quando, além do resultado financeiro, a empresa se preocupa também com o aspecto social, cria-se um senso de pertencimento mais forte entre os funcionários”.

Flavio Cavalcanti, Global Chief Technology&Operational Excellence Officer da Oxiteno, reforça essa perspectiva afirmando que “parte das soluções para os grandes desafios da humanidade passam, necessariamente, pela química, em particular a química fina. Com presença na agropecuária e no cuidado da saúde das pessoas, através de fármacos, vacinas e outros aditivos e especialidades, esta é uma área que vem se mostrando cada vez mais relevante para a prosperidade e o crescimento da sociedade. Nesse cenário, o ESG é fundamental para o setor, uma vez que o retorno econômico passa a ser condicionado por boas práticas ambientais e trabalhistas, com respeito à ética e aos direitos humanos”.

Muitas oportunidades se abrem também para o setor agroquímico a partir do ESG, segundo João Lammel, consultor da Ourofino Agrociência. “Elas podem ser diferentes de acordo com a atuação empresarial e os objetivos estratégicos de médio e longo prazo de cada corporação. Porém, existe uma questão que é igual para todos os negócios no que se refere ao ESG: as políticas voltadas para a sustentabilidade devem trazer evoluções importantes que não ficarão restritas exclusivamente ao setor produtivo. Haverá um impacto positivo no próprio modo de vida da sociedade”.

### INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

Mansur considera possível que as práticas de ESG tenham impacto positivo nos processos de inovação tecnológica, uma vez que “abrem caminho para novos pensamentos que vão além daquilo que é imediato. São práticas e ações que visam o futuro e criam um ambiente estimulante de troca de ideias e de ousadia na implementação de ações. As empresas precisam buscar trabalhar de maneira aberta e franca com seus times, para que todos saibam a importância de suas ideias e contribuições, e que eventualmente as vejam colocadas em prática”.

Foto: Divulgação Centofiora



**“Ou as empresas se enxergam como parte do problema socioambiental e se adaptam a um modelo ESG, ou não terão espaço”**

**Peter Andersen**

O ponto de vista de Peter Andersen é um pouco diferente. “Salvo algumas exceções, a indústria farmacêutica brasileira se desenvolveu fortemente apoiada na produção de genéricos, conhecidamente um setor de inovação incipiente. Este modelo, apesar de ter promovido o crescimento do setor nas últimas décadas, não deve se manter por muito tempo e provavelmente vai se esgotar, impulsionando a inovação. ESG é um imperativo de sustentabilidade e não necessariamente impacta a criação de produtos inovadores”.

Segundo Mônica Messenberg, o principal desafio no que tange à competitividade é incorporar os critérios ESG nas estratégias empresariais, para que as iniciativas não

se resumam a ações pontuais. “É prioritário definir indicadores e monitorar resultados de forma que as organizações possam avaliar seu amadurecimento no caminho da sustentabilidade e definir as melhorias necessárias. Assim, as empresas podem se tornar mais competitivas e atrair investimentos, ao mesmo tempo em que geram mais valor para a sociedade”.

Com o aumento da pressão política e social quando se trata de aspectos ambientais, sociais e de governança, percebe-se que os investidores e consumidores têm priorizado fundos e empresas que utilizam indicadores ESG na aplicação dos seus recursos, observa Luiz Alves. “A perspectiva das práticas ESG como fator de competitividade e gestão de riscos tem se ampliado significativamente entre as empresas”. Entretanto, ele acredita que ainda são necessários esforços para efetiva integração das práticas de sustentabilidade, tanto na mudança da cultura organizacional quanto em aspectos como o investimento em soluções sustentáveis para o processo produtivo, mitigação e monitoramento de impactos sociais e ambientais e engajamento em parcerias multissetoriais.

Conforme pesquisa da consultoria McKinsey destacada por Flavio Cavalcanti, quando há implementação de normas ambientais, sociais e de governança o desempenho organizacional melhora, bem como as classificações de crédito, devido a fatores como crescimento da receita, custos mais baixos, menos intervenções legais e regulatórias, maior produtividade, investimento otimizado e utilização de ativos. “Nós vemos um movimento forte da indústria rumo a uma atuação mais sustentável, com maior consciência dos impactos ambientais e sociais e seus desdobramentos. Mas nenhuma empresa sozinha é capaz de transformar o cenário mundial. Faz-se necessário uma colaboração em rede. Assim, temos uma excelente oportunidade de engajamento das cadeias de suprimentos, garantindo que a soma de esforços ao longo de todos os elos produtivos traga impactos positivos”.

João Lammel está convencido de que, para as empresas, adotar políticas afinadas com o ESG é uma maneira de aumentar a vantagem competitiva. “Afinal, se a sociedade

está atenta e cobra cada vez mais ações dessa natureza, espera-se que os *stakeholders* também aumentem a pressão nesse campo. A empresa que melhor fizer o dever de casa e conseguir converter o discurso em prática vai se destacar no mercado e se situar à frente na corrida corporativa”.

Durante a Conferência sobre Clima da ONU (COP26) em Glasgow, na Escócia, foi firmado um Compromisso Global para reduzir em 30% as emissões de metano até 2030. O Brasil, na condição de um dos cinco maiores emissores de



Foto: Agência ABIN/MA

**“As políticas voltadas para a sustentabilidade devem trazer evoluções importantes que não ficarão restritas exclusivamente ao setor produtivo. Haverá um impacto positivo no próprio modo de vida da sociedade”**

**João Lammel**



**“A adoção das práticas ESG pela indústria, pelo governo e, sobretudo, pelo setor privado, é fundamental para que o País possa apresentar, de fato, uma mudança de paradigma na sua agenda ambiental perante o mundo”**

**Jaques Wagner**

metano do mundo, aderiu a esse pacto. O presidente em exercício da Firjan lembra que a maior parte das emissões brasileiras de metano provém da agropecuária (76,1%) e do processamento de resíduos (15,5%).

“A adesão do Brasil ao Compromisso nos deixa com mais esperança em relação ao engajamento do governo brasileiro na agenda da sustentabilidade”, afirma o senador Jaques Wagner, presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. “Essa decisão abre uma

série de oportunidades para vários setores econômicos se reinventarem. Nessa perspectiva, temos um estímulo às inovações tecnológicas que promovam a transição para a eliminação do metano, embora se saiba que, no Brasil, mais de 70% dessa emissão vem do setor agropecuário, e não da indústria. De qualquer forma, tal adesão vai estimular a indústria brasileira a buscar inovações com zero emissão de metano. Na esfera governamental, são várias as iniciativas que precisamos adotar para melhorar a imagem do País perante o mundo. Primeiramente, é necessário resgatar as ações de prevenção e combate ao desmatamento e estabelecer, de fato, um compromisso com o desmatamento ilegal zero. Os índices alarmantes mostram que isso não acontece. De acordo com novo levantamento do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Imazon, a Amazônia perdeu 803 km<sup>2</sup> de vegetação em outubro, uma área quatro vezes maior que a cidade de Recife. Nossos órgãos de fiscalização e controle têm o dever de voltar a se engajar no combate ao desmatamento. O Brasil precisa demonstrar que está cumprindo os compromissos assumidos para, por exemplo, reduzir em até 50% sua emissão de gás carbônico. É preciso agir de forma transparente e íntegra para que o mundo possa ver de fato uma mudança de postura do atual governo”.

### **O PODER DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

“É fundamental incentivar a agenda verde no País”, assinala o senador. “O Bolsa Verde, por exemplo, hoje paralisado, é um instrumento fundamental para envolver as pessoas na cultura da preservação ambiental, estimulando iniciativas voltadas para a recuperação de florestas e de áreas degradadas. Outro aspecto importante é o investimento em geração de energias renováveis, área na qual o Brasil já foi uma referência. É preciso fomentar a geração de energias limpas. No caso dos combustíveis, seria importante dar mais estímulo aos biocombustíveis e à mobilidade elétrica, de modo que, paulatinamente, possamos migrar para uma matriz energética mais limpa e contribuir para o cumprimento das metas de redução de carbono na atmosfera. Nesse contexto, o Estado é



**“Empresas que preservam o meio ambiente, contribuem para as comunidades em seu entorno e garantem a governança correta terão certamente capacidade de investir, contratar mais gente, abrir mais mercado, e criar mais riqueza para o País”**

**Marcelo Mansur**

fundamental no planejamento e na coordenação de políticas entre o setor público e o privado para a implementação dos estímulos adequados”.

Para que o desenvolvimento sustentável se torne uma agenda estratégica de Estado, afirma Mônica Messenberg, é necessário desenvolver prioritariamente três frentes: regulamentação, com destaque para o desenvolvimento de

governança; inovação e financiamento. “Cabe salientar que o Estado tem papel central como indutor econômico da mudança. É fundamental termos um ambiente regulatório com governança institucional capaz de permitir que as iniciativas do setor privado voltadas à sustentabilidade e à inovação tenham viabilidade econômica. A adequação do sistema tributário brasileiro é prioritária para que as empresas brasileiras sejam mais competitivas nos novos mercados nacional e internacional emergentes comprometidos com a sustentabilidade. E, para que essa inserção global se dê via inovação, é importante qualificar os recursos humanos (educação básica e profissional), fortalecer a atuação de *startups*, pequenas e médias empresas, e dar robustez à infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento no País”.

Peter Andersen aponta empecilhos de ordem política ao desenvolvimento de políticas de fomento à economia sustentável. “No Brasil passamos a vida reclamando da falta de incentivos, e infelizmente os poucos que existem resultaram de *lobbies* bem estruturados. Precisamos nos conscientizar do fato de que o Brasil tem enormes problemas estruturais e uma forte desigualdade social e que, enquanto estes problemas não forem resolvidos, não teremos capital público injetado de forma sustentável na indústria”.

Na avaliação de Luiz Alves, “as políticas públicas sociais, ambientais e econômicas voltadas para a redução das vulnerabilidades e promoção do bem estar social, para preservação e uso consciente dos recursos naturais e para a geração de empregos e diminuição da desigualdade econômica criam um contexto favorável e sinérgico em relação às estratégias ESG empresariais. Acreditamos, ainda, que o governo tem um papel de facilitador na remoção dos entraves para o avanço das práticas ESG, ouvindo os setores financeiro e industrial e apoiando a criação de uma estrutura regulatória ideal. Os incentivos fiscais e de compras governamentais sustentáveis são algumas das mais importantes ferramentas que o poder público dispõe para esta finalidade. Além disso, o Estado pode viabilizar o financiamento de projetos e recursos necessários para a transição rumo a uma matriz produtiva mais sustentável”.

## //Matéria Política

Incentivos fazem diferença, especialmente para investimentos na área social, afirma Marcelo Mansur, “pois permitem às empresas alocar uma quantidade maior de recursos nas suas comunidades. Também ajudam a direcionar recursos diretamente para quem sabe usá-los da melhor maneira, como ONGs, escolas e programas esportivos locais. É importante, ainda, que o governo possa criar um ambiente de negócios mais estável, pois com pandemia, volatilidade no câmbio, inflação e outros ruídos, a empresa acaba muito mais preocupada com seus resultados de curto prazo”.

### UM ATALHO PARA A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

“A recuperação das economias depende do reconhecimento mundial da necessidade de se repensar a relação com o meio ambiente para tornar os países mais resilientes e otimizar processos de gestão, bem como da priorização dos investimentos em políticas sociais focadas na geração de emprego e renda”, afirma Mônica Messenberg. “O desafio, tanto para países em desenvolvimento quanto para os desenvolvidos, é realizar uma retomada com baixa emissão de carbono baseada em políticas de recuperação de longo prazo e com respeito às especificidades regionais – isto é, responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Em sua opinião, a transição do setor industrial para uma economia de baixo carbono deve estar fundamentada nos seguintes pilares: transição energética, mediante expansão do uso de fontes renováveis, valorização dos biocombustíveis, estímulo ao consumo racional de energia e ações de eficiência energética; adoção de um mercado de carbono baseado no sistema *cap and trade*, em que empresas com volume de emissões inferior ao autorizado possam vender o excedente para as que lançam uma quantidade maior de gases de efeito estufa na atmosfera, o que estimulará investimentos em tecnologias limpas; economia circular baseada na gestão estratégica dos recursos naturais e em práticas como *ecodesign*, manutenção, reuso, remanufatura e reciclagem ao longo de toda a cadeia de valor; e conservação florestal, com ampliação das áreas sob concessão florestal no País, fortalecimento do manejo florestal sustentável e estímulo aos negócios voltados à bioeconomia.

Foto: Yara Andrade



**“É prioritário definir indicadores e monitorar resultados de forma que as organizações possam avaliar seu amadurecimento no caminho da sustentabilidade e definir as melhorias necessárias”**

**Mônica Messenberg**

Para além da perspectiva da recuperação econômica, Jaques Wagner entende que “a adoção das práticas ESG pela indústria, pelo governo e, sobretudo, pelo setor privado, é fundamental para que o País possa apresentar, de fato, uma mudança de paradigma na sua agenda ambiental perante o mundo. Nós sabemos que o setor industrial brasileiro representa 20% das emissões. Em comparação com outros países não é o maior setor poluidor, mas este é um índice ainda considerável. Então, ao adotar princípios e diretrizes

responsáveis na esfera ambiental, a indústria contribui decisivamente para que o País possa cumprir suas metas de redução da emissão de carbono”.

Peter Andersen adverte para o equívoco de se atribuir ao ESG superpoderes de reativação da economia. “A recuperação econômica do Brasil passa antes pela superação de travas históricas, já conhecidas por todos. As práticas ESG precisam ser absorvidas pelas corporações no seu dia a dia, pois agregam custos e disciplina. Elas têm extrema importância e serão instrumentos necessários para se competir no mundo globalizado, mas é importante não cair na tentação de usar o ESG apenas como um modelo marqueteiro, pois no mundo real essas práticas dão muito trabalho e implicam custos importantes, que precisarão ser absorvidos pelo mercado”.

O presidente da Nortec Química, por sua vez, está convencido da importância das práticas de ESG para a recuperação econômica, “pois certamente vão abrir portas para empresas brasileiras em todo o mundo. Trarão mais competitividade, mais inovação e mais sustentabilidade para as empresas e para a sociedade como um todo. Empresas que preservam o meio ambiente, contribuem para as comunidades em seu entorno e garantem a governança correta terão certamente capacidade de investir, contratar mais gente, abrir mais mercado, e criar mais riqueza para o País”.

Flávio Cavalcanti reforça essa argumentação. “Pensando nos *Green Bonds*, já vemos a conexão das práticas ESG com acesso ao capital. A mesma lógica se aplica à composição das carteiras de investimento verdes. Quanto melhor o desempenho das empresas em sustentabilidade, maior será a atração de investidores. Ao receber essa injeção de recursos, o setor se aquece, aumentando a geração de empregos. Ainda sob outra ótica, quanto maior o engajamento das empresas em ações sociais com as comunidades, mais condições de acesso à educação e qualificação profissional a população terá. Quando incorporadas efetivamente, as boas práticas de sustentabilidade desencadeiam um círculo virtuoso que beneficia todos os elos da cadeia”, explica.

Foto: Divulgação Octano



## “Quanto melhor o desempenho das empresas em sustentabilidade, maior será a atração de investidores”

Flávio Cavalcanti

As práticas ESG fortalecem as estratégias empresariais e o ambiente de negócios como um todo, estimulando a inovação e o surgimento de novos negócios, acrescenta Luiz Alves. “A pandemia da covid-19 potencializou os impactos negativos na economia global, e o que podemos fazer agora é iniciar a retomada considerando um modelo de economia que incorpore práticas de sustentabilidade ambiental, inclusão social e governança. Os princípios da atuação empresarial em sustentabilidade estão relacionados à valorização de pessoas, remuneração justa, respeito às relações de trabalho e valor compartilhado. Acreditamos que essa dinâmica favorece a criação e manutenção de empregos, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida do trabalhador”. ●●●



# XII SIPID

Seminário Internacional  
Patentes, Inovação e  
Desenvolvimento



## XII SIPID DEBATE EXTENSÃO

## DE PATENTES E EXCLUSIVIDADE

## SOBRE DADOS DE TESTES

A 12ª edição do Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento (SIPID) debateu os efeitos da extensão do monopólio de patentes e da proteção de dados de testes para a indústria farmacêutica no Brasil e na América Latina. Na visão dos especialistas ouvidos no seminário, a prática prejudica a concorrência e dificulta o acesso da população a medicamentos e outros produtos essenciais. O evento foi realizado pela ABIFINA no dia 7 de dezembro, em formato virtual.

Na abertura, o vice-presidente de Propriedade Intelectual & Inovação da ABIFINA, Dante Alario Junior, celebrou a histórica decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu o parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Intelectual (LPI), em maio deste ano. “O seminário acontece num ano em que há um aspecto a ser comemorado, quando se derrubou o famoso [parágrafo único do] artigo 40 da lei de patentes, que prejudicava fortemente o País, as empresas e a população”, disse.

O dispositivo previa a prorrogação automática dos prazos de patentes, ampliando a exclusividade para além dos vinte anos previstos no acordo TRIPS (sigla para *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*), e foi considerado inconstitucional pela corte. O veredito foi uma vitória da indústria nacional e o último capítulo de um movimento que começou em 2013, quando a ABIFINA propôs, com a ajuda do consultor jurídico da entidade, Pedro Marcos Barbosa, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin).

Compondo a mesa de abertura, a consultora em Propriedade Intelectual da PróGenéricos, Leticia Covesi, também lembrou a decisão do STF e defendeu que o tema precisa ser amplamente debatido. Na sessão estava ainda o presidente executivo do Grupo FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri, que ressaltou a importância da indústria farmacêutica para o País.

## DATA PROTECTION

A parte da manhã foi dedicada ao tema da exclusividade sobre dados de testes de registro de medicamentos, ou *data protection*. Os palestrantes mostraram preocupação com a possibilidade de adoção dessa proteção por países em desenvolvimento. Segundo eles, o mecanismo encarece e atrasa a entrada de produtos no mercado, além de travar a inovação.

A pesquisadora Julia Paranhos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentou um estudo coordenado por ela que avaliou os efeitos no mercado e nos sistemas de saúde (público e privado) de uma possível

adoção do mecanismo pelo Brasil. A pesquisa comparou cinco cenários, variando da situação atual, em que não há proteção de dados de testes, a diferentes tipos de proteção (exclusividade de mercado; exclusividade de dados; exclusividade de dados e de mercado; períodos diferentes de exclusividade de dados para produtos químicos e biológicos).

Os resultados indicam que, em qualquer cenário com a existência do *data protection*, haveria prejuízos ao mercado nacional de produtos farmacêuticos. Mesmo na hipótese mais simples, o tempo de proteção ultrapassaria os vinte anos previstos na LPI. Com isso, o País registraria, em um prazo de 30 anos, um aumento de 12% a 22% nos preços, além de ampliação dos gastos do Ministério da Saúde, entre 19,5% e 33%. Também seriam criados impedimentos à fabricação de genéricos, que tardariam a ser comercializados, e ao desenvolvimento de produtos de inovação incremental, prejudicando a indústria nacional, que tem nesse tipo de produto uma de suas principais estratégias de mercado.

De acordo com a pesquisadora, a implantação desse tipo de instrumento pelo Brasil apenas beneficiaria os grandes laboratórios farmacêuticos. “A exclusividade de dados aumentaria a participação das transnacionais e geraria um bloqueio do avanço das empresas nacionais”, alertou.

Na sequência, o professor e pesquisador Mariano Genovesi, da Universidade de Buenos Aires, apresentou um panorama sobre as origens e a disseminação do dispositivo no mundo, além de dados de diversos países, como Estados Unidos e Colômbia, que incorporaram o *data protection* em seu regimento. No entendimento do especialista, o caráter administrativo do mecanismo funciona como barreira de entrada,

**“Seria um erro introduzir o *data protection* de forma unilateral nas legislações dos países do Mercosul porque isso afeta o *trade-off*. Uma vez que um membro faz essa concessão, isso se estende automaticamente aos demais”**

**Mariano Genovesi**

impedindo a concorrência e dificultando o lançamento de genéricos logo após o término da vigência da patente do medicamento de referência. “Na concessão de patente, a autoridade analisa o cumprimento de certos requisitos e faz a divulgação do que foi solicitado. Isso não acontece na proteção de dados, impedindo a engenharia reversa”, afirmou.

Genovesi apontou também um problema ético, já que o *data protection* cria a necessidade de realização de novos estudos clínicos para medicamentos genéricos, quando já se sabe que o produto é eficaz e seguro para os pacientes. “É como dar para as pessoas paracetamol que sabemos que não funciona e dizer para saltarem do avião”, disse, fazendo uma analogia ao uso de placebos em testes clínicos desnecessários, por já terem sido conduzidos anteriormente para o medicamento de referência.

O pesquisador alertou ainda para o risco de contágio em todo o Mercosul, no caso da adoção do dispositivo por algum Estado-membro ou da adesão a acordos de livre comércio, como o que vem sendo negociado entre o bloco e a União Europeia. “Seria um erro introduzir o *data protection* de forma unilateral nas legislações dos países porque isso afeta o *trade-off*. Uma vez que um país faz essa concessão, isso se estende automaticamente aos demais membros”, argumentou.

Segundo ele, nem a existência de salvaguardas e flexibilizações seriam capazes de amenizar os impactos da adoção do *data protection*. “Os danos já aconteceram”, ressaltou. A Colômbia é um exemplo. “Lá não há incentivo para a pesquisa clínica, pois todo o desenvolvimento de novas moléculas é feito nas matrizes [das indústrias]”, relatou. Julia Paranhos foi na mesma linha ao lembrar que até hoje o Brasil só conseguiu implementar uma licença compulsória, mesmo com previsão desse instrumento no Acordo TRIPS.

**“Quanto mais especializado foi ficando o juízo de 1ª instância, maior foi a evasão da capital para outros TRFs, fora do Rio, pois são juízos sem grau de especialização e sem técnicos que dominam a matéria”**

**Pedro Marcos Barbosa**

**“Temos um ambiente de grande proteção e fortíssima dependência, apesar do crescimento da indústria. Temos que pensar se queremos ampliar esse cenário”**

**Julia Paranhos**

Outro risco da adoção da exclusividade sobre dados de testes é o aumento da dependência nacional por produtos importados, que ganhou mais evidência durante a pandemia. “Já temos um ambiente de grande proteção e monopólio e de fortíssima dependência, apesar do crescimento da indústria. Temos que pensar se queremos ampliar esse cenário de mais proteção e exclusividade e, conseqüentemente, mais dependência”, questionou a professora da UFRJ.

Moderando o debate, o presidente executivo da ABIFINA, Antonio Bezerra, considerou que uma possível adoção de *data protection* pelo Brasil e pelo Mercosul seria um retrocesso nas políticas públicas de acesso a medicamentos do País.

## **EXTENSÃO DE PATENTES**

Na parte da tarde, as discussões giraram em torno de estratégias para extensão do monopólio de patentes, incluindo litígios judiciais para ajustamento do prazo de vigência de patentes (PTA, na sigla em inglês) e o *forum shopping*. A diretora de Propriedade Intelectual & Inovação da ABIFINA, Amanda Lobarto, moderou a mesa e lembrou os diferentes tipos de extensão de exclusividade, desde modelos não previstos na legislação brasileira até as chamadas jabuticabas nacionais.

Palestrante principal, o advogado e consultor jurídico da ABIFINA, Pedro Marcos Barbosa, questionou as estratégias adotadas por escritórios de advocacia junto ao Judiciário na tentativa de estender o prazo de patentes, mesmo após a suspensão do parágrafo único do artigo 40 pelo STF. Em sua opinião, são práticas criativas com o objetivo de utilizar a Justiça para reivindicar modificações legais que deveriam ser feitas por meio do Legislativo. “Não devemos confundir panfletagem judicial com bom direito”, enfatizou.

Na sua fala, Pedro Barbosa lembrou ainda o trabalho de especialização no tema da propriedade intelectual

feito pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que trouxe ganhos para a indústria e o sistema nacional de patentes. Ao mesmo tempo, o jurista questionou os esforços de muitos detentores de patentes para escapar dos juizados especializados. “Quanto mais especializado foi ficando o juízo de 1ª instância, maior foi a evasão da capital para litígios contra o INPI em outros TRFs, fora do Rio, pois são juízos sem grau de especialização e sem técnicos que dominam a matéria”, relatou.

Trazendo a visão do Poder Judiciário, a juíza federal Marcia Maria Nunes de Barros, da 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro, considera essas ações parte do jogo democrático, e sugere que se criem formas de impedir as tentativas de extensão de patentes. “Se a criatividade é ilimitada, a vigilância também tem que ser. Se é legítimo que essas partes pensem em estratégias para extensão de patentes, outros podem pensar em estratégias para barrá-las”, defendeu.

Ainda assim, ela reconhece que esse tipo de estratégia acaba sendo limitada a empresas e pessoas com mais recursos financeiros. “Quem não tem dinheiro, não pode pagar advogado para preservar suas patentes”, lamentou. Outros problemas, segundo a juíza, são as práticas de má fé – como o *forum shopping*, que consiste em escolher a jurisdição mais favorável ao demandante – e a concorrência de competência entre Justiça Federal e Justiça Estadual, que acaba criando uma duplicidade de atuação e conturbando as ações.

Uma solução, na sua visão, seria a criação no Brasil de um tribunal especializado em propriedade intelectual, como ocorre nos Estados Unidos e no Japão. O órgão agiria em segunda instância e concentraria todos os processos dos âmbitos federal e estadual. “Seria um passo a mais nessa especialização do Judiciário e seria fundamental pra termos um sistema de propriedade intelectual mais avançado”, concluiu.

Já a coordenadora acadêmica do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual (IBPI), Karin Grau-Kuntz, falou sobre a experiência internacional na adoção do ajustamento do prazo de vigência de patentes. No seu entendimento, antes de o Brasil pensar em adotar esse mecanismo, é necessário fortalecer e estruturar o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), reduzindo o tempo de análise de patente pelo escritório. “Se o INPI funcionar, se não tiver *backlog*, todo mundo sai ganhando”, defendeu.

Também é preciso haver isonomia e previsibilidade no cálculo da duração do monopólio, como existe em países que adotam o PTA. “O ajustamento do termo

**“A criação no Brasil de um tribunal especializado em propriedade intelectual seria um passo a mais na especialização do Judiciário e seria fundamental pra termos um sistema de propriedade intelectual mais avançado”**

**Marcia Nunes de Barros**

de patente é um sistema que tem por base regras determinadas, é assim no exterior. Sabemos como vai ser calculada a extensão que vai ser concedida, e esses parâmetros valem para todo mundo”, explicou, ressaltando a importância da segurança jurídica para o sistema de patentes.

Além disso, a extensão da patente só deve ser concedida àqueles que cumprem as exigências e os prazos determinados pelo escritório de patentes. “Com exceção dos Estados Unidos, todas as nações que adotam o mecanismo de ajuste no tempo de patente exigem que o solicitante comprove ter agido de maneira séria”, afirmou. Karin Grau-Kuntz analisou alguns dos pedidos de patentes no INPI referentes a ações ajuizadas no Brasil para extensão do prazo e identificou que todos eles apresentavam erros de execução. “O atraso muitas vezes é causado pela falta de diligência, e no exterior a falta de diligência não é premiada com extensão de patente”, enfatizou.

**“O sistema de patentes é positivo quando é bem desenhado e equilibrado. A extensão muito longa tem custo social. O Brasil tem estrutura para amortizar esse custo?”**

**Karin Grau-Kuntz**

A pesquisadora lembrou ainda que a extensão do monopólio sempre traz custos para o país e defendeu uma política de propriedade industrial mais afinada. “O sistema de patentes é positivo quando é bem desenhado e equilibrado. A extensão muito longa tem custo social. O Brasil tem estrutura para amortizar esse custo?”, provocou.

Último a falar no painel, o diretor Jurídico Contencioso do Grupo NC, Gustavo Svensson, trouxe a perspectiva das empresas, que, segundo ele, veem essas ações com temeridade. “Como o empresariado vai compreender se, depois de julgado na mais alta corte brasileira, surgirem ações buscando soluções alternativas para que seja

**“Em vez de soluções criativas, precisamos de soluções que busquem aperfeiçoar nosso sistema jurídico para que tenhamos segurança jurídica, previsibilidade e estabilidade”**

**Gustavo Svensson**

concedida uma extensão em virtude de suposta morosidade causada pelo INPI?”, questionou. Ele defendeu a importância da previsibilidade e da segurança jurídica e criticou a existência de decisões judiciais que se baseiam em interpretações equivocadas da legislação.

Na sua visão, a melhor saída para a indústria é promover uma agenda econômica positiva e trabalhar para aparelhar tecnicamente o INPI, possibilitando que o Estado seja capaz de prestar um serviço de qualidade. “Em vez de soluções criativas, precisamos de soluções que busquem aperfeiçoar nosso sistema jurídico para que tenhamos segurança jurídica, previsibilidade e estabilidade”, afirmou.

O encerramento ficou por conta da consultora *ad hoc* de Propriedade Intelectual, Inovação e Biodiversidade da ABIFINA, Ana Claudia Oliveira, que garantiu que a entidade vai continuar lutando para que a propriedade intelectual seja uma prioridade no País, como defendeu Pedro Barbosa em sua palestra. “Devemos realmente buscar um sistema patentário mais justo para todos”, concluiu. 🌐

## PRÊMIO DENIS BARBOSA

Em sua sexta edição, o Prêmio Denis Barbosa foi concedido ao advogado e consultor jurídico da ABIFINA Pedro Marcos Barbosa, em reconhecimento à sua atuação na defesa da extinção do parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial (LPI). O trabalho culminou com a suspensão do dispositivo pelo STF, em maio.

A cerimônia foi conduzida pelo vice-presidente de Propriedade Intelectual & Inovação da ABIFINA, Dante Alario Junior, que elogiou a trajetória profissional do homenageado. “A indústria é profundamente agradecida por seu trabalho, um trabalho que depende de competência, de honestidade profissional e, mais do que tudo, da identidade que você e seu pai tinham com as causas da ABIFINA”, afirmou.

Entregue anualmente pela ABIFINA, o Prêmio Denis Barbosa é um reconhecimento a empresas, entidades e profissionais brasileiros que trabalham em prol de um sistema de propriedade intelectual focado no interesse público. A premiação leva o nome de outro jurista com importante atuação na defesa da propriedade intelectual no Brasil, e pai do homenageado deste ano.

Foto: Divulgação





O ano de 2021 nos  
mostrou que, à luz da  
ciência, podemos  
enfrentar os mais  
difíceis obstáculos.

É com essa determinação que a ABIFINA  
seguirá, em 2022, na defesa da indústria  
nacional de Química Fina, pautada sempre na  
ética, na inovação e na responsabilidade  
socioambiental.

Aos nossos associados e parceiros, desejamos

Boas Festas e  
Feliz Ano Novo!

Conselho Administrativo  
Presidência Executiva  
Equipe ABIFINA





Foto: Arquivo ABF/INA

## Zich Moyses Junior

Consultor nas áreas farmacêutica, biotecnológica e de produtos para a saúde

# REDUÇÃO UNILATERAL DO GOVERNO BRASILEIRO DA TEC TRAZ DANOS À INDÚSTRIA

**A** decisão brasileira unilateral de reduzir em 10% as alíquotas da Tarifa Externa Comum (TEC), que entrou em vigor em novembro de 2021, precisa ser revista baseando-se em aspectos técnicos e considerando os efeitos em todos os setores produtivos. A alegação de que a medida favoreceria a competitividade brasileira não se sustenta. Essa experiência liberal em países periféricos sempre se mostrou infrutífera, com consequências negativas aos geradores da riqueza nacional, os produtores, e favorecimento exclusivo aos importadores.

O discurso liberal do século XVII continua em voga. É comum ouvirmos os argumentos de que o tratamento “jurássico” de proteção tarifária no Brasil é bem superior à média mundial, que superprotegemos nossas produções, que não somos competitivos, o que acarretaria um custo adicional ao consumidor e às empresas brasileiras na aquisição de seus insumos.

No entanto, toda a economia contemporânea baseia-se em grandes conglomerados, produção oligopolizada e arranjos de cadeia em nível internacional. Essas e outras características contradizem a tão defendida visão liberal por países que não se preocupam com o desenvolvimento em longo prazo.

Ainda assim, não defendo a manutenção da TEC de modo absoluto. O correto seria estudar o impacto da redução tarifária em cada cadeia produtiva, ou seja, estabelecer uma política industrial de fato, como é feito nos países centrais capitalistas. Nações como a Alemanha e a China, tão diferentes politicamente, possuem políticas de proteção a partir de análise dos impactos.

Também se encontram medidas protetivas em lugares como os Estados Unidos, onde a segurança nacional é considerada o setor mais importante. Além de haver forte regulação na área de saúde e dispositivos para produção estratégica nas áreas agrícola e da saúde em países da Europa e nos próprios Estados Unidos.

No Brasil não se quer fazer isso, pois dá trabalho. É mais fácil fazer algo generalizado, com o discurso de que não podemos ter áreas mais importantes que outras, ainda que as medidas atuais protejam o que sempre foi protegido. Para assegurar o real desenvolvimento de áreas estratégicas, pode-se e deve-se proteger setores que contribuem para a saúde, produção agrícola e inovação, como é praticado por países que tiveram sucesso na sua industrialização.

O caso brasileiro é ainda pior, por ser uma posição unilateral que desconsidera que estamos dentro de um mercado comum, o Mercosul. Há uma clara demonstração de que não há consistência nas relações do Brasil com seus parceiros do tratado.

A nossa presença nesse acordo sempre desagradou os liberais brasileiros, pois impede a subserviência nacional às sociedades ricas.

Além disso, não há nada que sustente tecnicamente a proposição de se reduzirem 10% nos valores atuais da TEC. Trata-se de uma medida política ineficaz. A proposta não atende em momento algum a uma redução de custos para o consumidor ou mesmo para a produção nacional, e seu impacto real é mostrar a ausência de uma política nacional de médio e longo prazos.

No caso específico da química fina, essa redução só traz o que sempre trouxeram as políticas liberais: diminuição da produção nacional, com aumento nos custos, já que a formação de preços do produto importado não se dá pela TEC, mas pelo número de fornecedores, sempre pequeno em escala internacional. Isso afeta a competitividade do Brasil como um todo, e desconsidera a criação de empregos, o pagamento de impostos e o impacto na inovação das empresas brasileiras.

A primeira pergunta que fica é: por que não se trabalha para que as empresas brasileiras tenham tratamentos similares às empresas exportadoras para o Brasil? Se somarmos os impostos que incidem sobre a produção nacional (PIS/COFINS, ICMS diretamente na produção), além de outros custos, como frete interno, veremos que os produtos importados têm maior competitividade que os produtos brasileiros, mesmo com a baixa infraestrutura dos portos nacionais. Isso faz com que a suposta proteção da TEC

**O correto seria estudar o impacto da redução tarifária em cada cadeia produtiva, ou seja, estabelecer uma política industrial de fato, como é feito nos países centrais capitalistas. Nações como a Alemanha e a China, tão diferentes politicamente, possuem políticas de proteção a partir de análise dos impactos**

**Também se encontram medidas protetivas em lugares como os Estados Unidos, onde a segurança nacional é considerada o setor mais importante. Além de haver forte regulação na área de saúde e dispositivos para produção estratégica nas áreas agrícola e da saúde em países da Europa e nos próprios Estados Unidos**

seja muito inferior aos custos impostos para quem cria riqueza no Brasil.

A segunda pergunta é: qual a razão de não termos continuidade das políticas públicas e de não procurarmos cumprir pelo menos uma etapa completa dessas políticas para que verifiquemos sua efetividade? Mesmo quando a política existe e é um sucesso, ela não agrada, e mudamos novamente.

A resposta é clara, temos que ter política de Estado e não pessoais. Precisamos de trabalho organizado, com propostas bem delineadas e que possam ser defendidas, políticas que possam ser questionadas e mudadas com base técnica, de política pública, e que favoreçam a população brasileira como um todo.

O problema é que sempre achamos que o estrago pode ser revertido. No entanto, o custo é muito grande. Estamos pagando bastante pelas políticas ultraliberais implementadas na área econômica, que deixaram resultados negativos para a população brasileira.

Precisamos recuar dessa posição unilateral e negociar algo que seja pelo bem da comunidade em que vivemos, no caso, o Mercosul, fazendo os ajustes necessários. Há diversas cadeias produtivas que precisam de uma política de desenvolvimento, se não quisermos continuar reféns de setores e indústrias com controle 100% externo, que sempre conseguem se defender, tanto na produção quanto na importação. ●●●

# PAINEL DO ASSOCIADO

## Libbs abre suas portas para projeto de inovação e parcerias com startups

Projeto Linna convida empresas a buscar soluções para três áreas de negócio

Em busca de inovar e trazer respostas para desafios das áreas de negócio da empresa, a Libbs Farmacêutica criou um programa de inovação aberta. O programa Linna (Libbs Inovação Aberta) visa conectar e abrir oportunidades para que *startups*, pequenas empresas e *scale-ups* façam parceria com a farmacêutica. Entre os diferenciais do Linna estão a remuneração pela execução do projeto piloto e um fluxo especial de aprovação para esse tipo de projeto.

Na primeira fase, as empresas interessadas foram desafiadas a propor soluções para oito desafios de negócios da companhia em áreas como Produção, B2B (negócios voltados para o mercado institucional como hospitais, clínicas e governo) e B2C (produtos vendidos em farmácias). Após várias etapas de seleção e co-criação de pilotos que atendessem aos desafios do negócio, cinco empresas foram selecionadas para executarem projetos piloto: as *startups* Cerensa, Doc Int, Minerva Controls, Murabei e Nuveo.

“O mercado está repleto de grandes talentos e empresas nascentes que podem trazer resultados para problemas que, muitas vezes, fogem do nosso foco principal de atuação. O Linna tem a função de fomentar ideias e soluções para desafios que podemos resolver de maneira mais eficaz com equipes externas”, explica Anna Paula Guembes, diretora de Desenvolvimento do

Negócio da Libbs, área responsável pelo programa. “Na Libbs, estimulamos um ambiente de colaboração, onde a inovação aberta ganha cada vez mais relevância. E o Linna avança para mais uma fase, com a escolha de nossas parceiras para execução de projetos piloto”, completa.

“Com o Linna, estamos iniciando uma nova abordagem mais profissionalizada em diferentes segmentos. São iniciativas nascentes, mas muito promissoras”, diz Alcebiades de Mendonça Athayde Júnior, presidente da Libbs. “A vantagem é que essas empresas têm uma dinâmica e detêm um conhecimento que não temos internamente. Isso tem trazido boas propostas, seja em tecnologia como em produtos”, completa.

O programa Linna é realizado em parceria com a consultoria Innoscience, especialista em Inovação Corporativa, que aporta conhecimento, método e experiências para apoiar empresas estabelecidas na geração de resultados com inovação.





## Pegada verde no Aché

Inovação é a chave no Aché para crescer com preservação ambiental, promoção do desenvolvimento social e boas práticas de governança corporativa – os chamados princípios ESG (*environmental, social and corporate governance*). De um lado, a empresa investe em estruturas e processos mais eficientes. Por outro, cria produtos que valorizam a biodiversidade brasileira.

Em 2020, o Aché investiu R\$ 4,4 milhões em tecnologias que possibilitaram 25% de economia no consumo de energia elétrica e 45,7% na quantidade de papel em toneladas usadas em materiais promocionais. Além disso, cartuchos e bulas são fabricados com materiais provenientes de madeira de reflorestamento.

A Academia Aché de Inovação contribui para essas soluções, sugeridas por colaboradores. Uma das ideias implantadas foi o uso de limpadores a vapor (em vez de água) para limpeza das linhas de embalagem primária, o que reduziu cerca de 94% do consumo de água, aumentou a capacidade produtiva e diminuiu o tempo de entrega dos medicamentos.

Na área produtiva, um exemplo é a planta de Pernambuco, com base nos preceitos de Indústria 4.0. Ela conta com sistemas de captação de água da chuva e de condensação dos processos industriais, placas fotovoltaicas para aquecimento da água, ações de reflorestamento e de descarte de resíduos.

A sustentabilidade também está na descoberta de novos medicamentos. A plataforma de inovação Bioprospira atua com base na biodiversidade brasileira, pautada em duas frentes: a etnofarmacologia (que estuda efeitos farmacológicos e toxicológicos pela aplicação de técnicas bioanalíticas) e a bioprospeção (que envolve expedições e coletas de amostras). Dessa maneira, o laboratório incentiva e valoriza a preservação da biodiversidade brasileira e o desenvolvimento das comunidades locais.

Pela Bioprospira, o Aché prepara mais um lançamento: uma terapia experimental oral para vitiligo, que foi aprovada no FDA americano para início de estudo clínico de Fase II. A plataforma tem parceria com a Phytobios, do Grupo Centroflora, e com o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM).

## Cristália amplia processo de internacionalização

O Cristália dá mais um passo em seu projeto de aumentar sua presença internacional: vai abrir filiais no México, Peru, Colômbia e Chile, além de reformular e ampliar a fábrica de medicamentos oncológicos na Argentina. A empresa investirá cerca de R\$ 800 milhões a partir de 2022.

O plano de internacionalização prevê frentes distintas, como a compra de ativos locais e a construção de operações do zero. A empresa também entrará nos mercados-alvo com produtos que compõem o kit intubação, usado em muitos pacientes internados por covid-19. Os pedidos para registro já estão em análise nos órgãos reguladores de cada país.

O excedente de produção no Brasil permitiu planejar essa entrada em novos mercados por meio de exportações. O Cristália produz 24 dos 30 produtos que compõem o kit intubação e atende 95% dos hospitais em território nacional. Mesmo com o avanço da vacinação e a redução das internações, o laboratório manteve o ritmo de produção para formar o estoque regulador de, pelo menos, três meses, mas estuda iniciar as exportações para dar vazão.

De acordo com o fundador Ogari Pacheco, o projeto de ampliar a presença internacional, começando pela América Latina, foi antecipado por conta da pandemia e começará a sair do papel a partir de 2022. “Nos anos de 2020 e 2021, quadruplicamos a produção de anestésicos para atender à crescente demanda por esse tipo de medicamento no Brasil, chegando à marca de 19,5 milhões de kits por mês. Investimos no período R\$ 420 milhões em produção e formação de estoques”, afirma. Este ano, a expectativa é que a empresa alcance R\$ 4 bilhões em vendas, o que representa 25% de incremento sobre o resultado de 2020.



# ABIFINA EM AÇÃO

## Setor discute incentivo à produção nacional de IFAVs

A demanda por produtos naturais para o desenvolvimento de Insumos Farmacêuticos Ativos Vegetais (IFAVs) se faz premente em todo o mundo. Num país como o Brasil, que detém 15% de todas as espécies de plantas do mundo, a necessidade de investimento em sua própria diversidade é urgente, para que não dependa dos IFAs importados. O tema foi abordado em encontro virtual promovido pela ABIFINA no começo do mês de outubro.

O webinar reuniu profissionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), Finep, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da startup Nintx. Eles debateram o estímulo aos IFAs vegetais e produtos da biodiversidade. O principal problema levantado pelos debatedores é prover um cenário que interesse à indústria nacional. Isso porque uma das principais dificuldades é o financiamento de projetos de novos fármacos, geralmente custosos e demorados, podendo chegar a 15 anos de produção.

A Finep revelou que estuda um novo modelo de fomento, considerando todo o ciclo de inovação: estudo de moléculas com potencial terapêutico (com o CNPq), subvenção econômica para estudos clínicos de fase I e II, e financiamento para estudos clínicos de fase III e produção inicial do fármaco (com BNDES). Por sua vez, o banco pensa ainda em incrementar as próprias linhas, passando a compartilhar o risco da inovação radical com as empresas.

No caso da Embrapii, as linhas oferecidas ainda podem ser melhor aproveitadas pelas farmacêuticas. A empresa trabalha com um modelo de apoio permanente (sem chamada pública), no qual negocia e aprova o projeto de P&D diretamente em uma unidade da Embrapii, que tem os recursos para firmar contratos para etapas de desenvolvimento da tecnologia ou do produto. As principais contratações da área da saúde foram para integração de sistemas (24,3%), inteligência artificial (18,3%), biotecnologia (14,2%) e desenvolvimento de protótipo/produto (14,2%).



# Tramitação da reforma tributária gera insegurança

A reforma tributária continua um quebra-cabeça, mesmo após avanços nas propostas e a criação de consenso entre boa parte dos congressistas. Os diferentes projetos em andamento despertam o receio de que a pretendida simplificação e modernização do sistema tributário se converta em perda de competitividade e aumento nos preços dos produtos. Para aprofundar o tema, a ABIFINA realizou o webinar “Reforma tributária e o impacto na indústria” em novembro.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 110/2019 é a principal defendida pela indústria, por prever uma reforma completa, enxugando os diversos impostos existentes em dois – a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para estados e municípios.

Para o gerente executivo de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mario Sérgio Telles, o destaque é a previsão de alíquotas uniformes para tributação tanto de bens como de serviços, distribuindo melhor a carga tributária. Porém, a PEC precisa ser melhorada para extinguir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e impedir o chamado “efeito cascata” (cobrança acumulada de impostos).

O diretor financeiro da Nortec Química, Paulo Mattos, pontuou que é necessário reduzir o imposto sobre faturamento na matriz tributária para diminuir os preços dos produtos finais. A situação tira a competitividade da cadeia produtiva brasileira de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), enquanto os países concorrentes operam com tributos e custo de capital inferiores.

O gerente sênior de Relações Institucionais da Oxiteno, Frederico Marchiori, defendeu as desonerações no setor. Ele argumentou que o regime especial de tributação é uma tentativa de mitigar a dificuldade de se fazer negócio no País, portanto tem efeitos positivos para a sociedade como um todo, não sendo uma “benesse indevida” como é visto por muitos.

Na mesma linha, Luiz Antonio Diório, consultor econômico do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma), demonstrou preocupação com o Projeto de Lei 2337/2021, que tira isenções e aumenta em 12% a carga tributária do setor, prejudicando o programa Farmácia Popular.

O presidente-executivo da ABIFINA, Antonio Carlos Bezerra, reforçou que a questão tributária, um dos gargalos do Custo Brasil, é um entrave ao crescimento da indústria e prejudica o acesso da população a recursos de saúde.



## Mudanças propostas pela PEC 110/2019

### Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)

- PIS + Cofins + Cofins Importação
- Contribuições federais em único imposto

### Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)

- ICMS + ISS
- Regras unificadas para estados e municípios

### Imposto Seletivo (IS)

- IPI
- Incidência em bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente

### Regimes diferenciados de tributação

- Setores econômicos com tratamento especial

### Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)

- Fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste
- Aplicação em projetos de infraestrutura, qualificação profissional, conservação do meio ambiente, inovação e estímulo ao setor produtivo

Fonte: Adaptação da Agência Senado

# Fiscalização e educação são a tônica contra pirataria

Contrabando, lavagem de dinheiro e evasão fiscal são crimes que prejudicam o desenvolvimento econômico e precisam ser enfrentados. Com essa mensagem, a secretária nacional do Consumidor e presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNC), Juliana Oliveira Domingues, abriu no dia 28 de setembro o webinar “Combate à pirataria em produtos para a saúde humana, saúde animal e no agronegócio brasileiro – Diagnóstico e Ações Estratégicas”. O encontro virtual foi promovido pela ABIFINA como última atividade da Comissão Especial de Medicamentos, Próteses, Equipamentos Hospitalares e Agrotóxicos do CNC (da qual é relatora) em 2021.

Representantes do Governo Federal e de entidades públicas estaduais defenderam que educar a população é prioridade na luta contra a pirataria. Além disso, o poder público deve fiscalizar fronteiras e regiões agrícolas; identificar



produtos falsificados por meio de novas tecnologias de rastreabilidade; aprovar projetos de lei mais duros; enfrentar o crime organizado; entre outras ações.

Durante o evento, a ABIFINA lançou a “Cartilha de combate à pirataria de insumos agropecuários – defensivos agrícolas e produtos veterinários”. O documento, feito com apoio do CNC e de entidades, mostra o diagnóstico da situação e o que o consumidor pode fazer para se proteger.

Entre os órgãos participantes no debate estavam a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacom) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); a Polícia Rodoviária Federal (PRF); a Secretaria da Fazenda de Santa Catarina; a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar-PR); o Ministério Público Estadual do Paraná; e a Prefeitura de São Paulo.

## Reunião de Insumos Agropecuários debate escassez mundial

A escassez mundial de insumos básicos para a fabricação de fertilizantes e defensivos agrícolas foi a questão levantada pela ABIFINA na 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O evento, que ocorreu em 5 de novembro, teve como tema central o panorama e a perspectiva da oferta e da logística de insumos agrícolas para as safras 2020/21 e 2021/22. A analista técnica da ABIFINA, Fernanda Costa, mencionou, durante a reunião, que o setor deve dar especial atenção para a falta de ácido sulfúrico, largamente utilizado na fabricação de fertilizantes.

Entidades setoriais manifestaram preocupação quanto à elevada dependência internacional de importação de

matéria-prima, sobretudo da China, que enfrenta atualmente uma grave crise energética. O problema tem feito com que diversas províncias industriais chinesas restrinjam ou até mesmo cortem a produção e a exportação de bens, ocasionando o cancelamento de fornecimento de matérias-primas. Tal atitude, além de desacelerar a economia daquele país, atinge as cadeias de fornecimento do mundo todo.

O conselheiro do Ministério das Relações Exteriores, Alexandre Nina, participou da reunião e mencionou que o Governo Federal está monitorando diferentes países exportadores para tentar melhorar o fluxo global. Durante 2021, o fornecimento de insumos químicos foi marcado por incertezas e recordes de preços no mercado nacional, que se agravaram no terceiro trimestre.

# Sustentabilidade na química fina

Questões técnicas e regulatórias no campo do desenvolvimento sustentável da indústria de química fina têm estado no centro da atuação da ABIFINA.

Uma nova ação este ano reforçou o trabalho realizado: a entidade passou a integrar o Fórum da Geração Ecológica, um colegiado criado pela Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal para dar apoio à elaboração de um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável. A ABIFINA é representada por seu presidente-executivo, Antonio Carlos Bezerra, que participa do grupo de trabalho (GT) Economia Circular e Indústria do Fórum.

Para evidenciar as atividades institucionais e também a crescente adesão dos associados às boas práticas – mais da metade deles reportam ações nesse sentido – a ABIFINA divulgou em novembro o primeiro relatório de sustentabilidade na química fina. O conteúdo também foi abordado em uma série informativa nas redes sociais da entidade. Cada empresa tem diversas iniciativas. Confira alguns destaques nesta reportagem.

Investindo na inovação de produto, a Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. desenvolveu um catalisador pioneiro na reciclagem química de resíduos sólidos urbanos, capaz de converter chips de pneus inservíveis em combustíveis como gasolina e querosene.

Em outra estratégia, a Ourofino Agronegócio produz embalagens com 85% de plástico reciclado. A iniciativa resultou na diminuição de 45,7% dos efluentes industriais. Por sua vez, a Ourofino Saúde Animal, alinhada às melhores práticas do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores, fez seu Primeiro Plano de Mitigação de Gases do Efeito Estufa, além de manter projetos de economia de água e energia.

Em seu Plano Estratégico de Sustentabilidade 2030, a Oxiteno tem o compromisso de desenvolver produtos mais sustentáveis e apoiar seus clientes a diminuírem sua pegada de carbono. A Companhia Brasileira de Lítio (CBL) possui alto índice de recirculação de águas do processo produtivo e faz extenso uso de águas pluviais.

No segmento farmoquímico, a Nortec conta com uma estação de tratamento de efluentes própria, reduzindo o impacto ambiental. Já a Globe atua baseada nos conceitos de ESG (ambiental, social e governança), sendo que



o primeiro passo foi a realização de um inventário global das atividades.

A área de medicamentos apresenta significativo número de ações voltadas para a sustentabilidade. O laboratório Aché investiu em equipamentos que reduziram o consumo de energia, além de instalar sistemas fotovoltaicos em suas unidades. No caso do Cristália, os novos projetos são desenvolvidos de forma a possibilitar o reuso de água. Já a EMS recebeu o Certificado de Carbono Neutro, referente à sua produção de embalagens.

A Eurofarma se destaca com a inclusão de informações de descarte no verso das embalagens e a oferta de pontos de coleta. Na Farmanguinhos, da Fiocruz, 100% dos efluentes sanitários e industriais são tratados. O grupo Prati-Donaduzzi investe no uso de energia de fontes limpas e renováveis e evitou, em 2019, a emissão de quase 3,6 mil de toneladas de CO<sup>2</sup> no meio ambiente.

No segmento de produtos da biodiversidade, o destaque é a Centroflora, com ações com foco no desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e redução de emissões de gases do efeito estufa, entre outros. No setor de vacinas, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), da Fiocruz, aderiu em 2020 ao Programa Green IT, que promove a permuta de sobras de cabos de comunicação e de energia por cabos novos.

# Entidades traçam ações em propriedade intelectual

ABIFINA, Farmabrazil e PróGenéricos organizaram um Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de elaborar propostas para o Grupo Interministerial da Propriedade Intelectual (GIPI).

Em novembro, o GT debateu estratégias para combater ações pleiteando extensão de patentes (como o *Patent Term Adjustment*) e a elaboração de um estudo de impacto dessa estratégia sobre a indústria nacional e o Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda será analisada a possibilidade de tentar fixar o foro de PI no Rio de Janeiro.

Entre setembro e outubro, o GT GIPI tratou dos temas em pauta no GIPI e das ações necessárias para defesa da indústria nacional, especialmente a de genéricos. As entidades parceiras decidiram organizar eventos para apresentar a visão de seus associados, além de elaborar um posicionamento a ser enviado para os candidatos à Presidência da República em 2022. Foi definida ainda a divulgação ampla do estudo coordenado pela economista Julia Paranhos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sobre proteção de dados na área farmacêutica (veja ao lado).

As atividades do GT se intensificam enquanto as reuniões do próprio GIPI são realizadas, após um longo período de paralisação. Nos últimos meses, o Ministério da Economia (que coordena o grupo) apresentou os principais temas de interesse enviados pelas instituições do governo e da sociedade civil, com ações de curto e médio prazo.

O GIPI também abordou a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) e iniciou as tratativas para formar um Grupo Técnico que vai elaborar os estudos e relatórios sobre mudanças na Lei da Propriedade Industrial e outras legislações relacionadas.

No âmbito do GIPI, a ABIFINA trata, entre outros, do tema “Mentoria de PI para ICTs e empresas”, em razão de sua experiência prévia no ensino da matéria. Além disso, a ABIFINA participará ativamente do grupo que estudará as propostas de mudanças na legislação de propriedade intelectual.

## Exclusividade sobre dados de testes clínicos: risco à saúde

A ABIFINA acompanha de perto os riscos de uma proposta de regulamentação que permitiria a exclusividade sobre os dados de testes clínicos que as empresas apresentam para registrar medicamentos de uso humano. A entidade participou em outubro de evento sobre o tema, promovido pela Subsecretaria de Inovação e Transformação Digital do Ministério da Economia, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Foi apresentado estudo do Grupo de Economia da Inovação do Instituto de Economia da UFRJ, que analisou cinco cenários diferentes para um período de trinta anos. A conclusão foi de que a regulamentação dos dados de testes pode provocar uma majoração nos preços dos medicamentos de 12% a 22% e reduzir entre 5% e 9% o consumo desses produtos.

## Treinamentos sobre informação de patentes

A ABIFINA oferece a seus associados treinamento sobre o uso estratégico de informações patentárias. Os cursos permitem aos especialistas das empresas aproveitarem ao máximo o rico material disponibilizado pela própria entidade nos monitoramentos de patentes – bases de dados setoriais que acompanham pedidos de interesse depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).



# Planejamento para 2022

Após aprovar em outubro o Programa Orçamentário para 2022, o Conselho Administrativo apresentou em dezembro ações inéditas a serem desenvolvidas, algumas já em andamento. A reunião teve expressiva participação do quadro social. Uma das novidades é um estudo encomendado para a consultoria GO Associados sobre as tendências recentes e as perspectivas para o Complexo Industrial da Química Fina. O estudo fornecerá subsídios para a ABIFINA revisar sua agenda estratégica para o desenvolvimento do setor no Brasil.



Outra iniciativa programada é a realização do primeiro *Bootcamp* da entidade, intitulado “Inovação na Cadeia Produtiva Farmacêutica”, em parceria com a Fundação Biominas. Este será o

primeiro de uma série de projetos da recente parceria firmada entre a ABIFINA e a Biominas para que os associados possam desenvolver inovações, estabelecendo colaborações com o mercado.

## Entidades elaboram posicionamento sobre fitoterápicos

A ABIFINA deu mais um passo importante para contribuir para a discussão do novo marco regulatório de fitoterápicos. Junto com a Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi) e a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), a entidade entregou um posicionamento conjunto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em setembro: o “Documento analítico e propositivo do segmento produtor de Insumos Farmacêuticos Ativos Vegetais e Medicamentos Fitoterápicos”. Espera-se que a proposta ampare a elaboração das normas a serem discutidas com o setor. Além desse tema, a ABIFINA participa de discussões entre as entidades com o objetivo de auxiliar a Anvisa a revisar informações sobre algumas espécies vegetais para a construção de monografias e sua inclusão na lista de registro simplificado de fitoterápicos.

### Outras discussões sobre o Regulatório Farmo de setembro a dezembro:

- Proposta de Orientação de Serviço que institui procedimento simplificado que aproveita a análise e obtenção de Carta de Adequação de Dossiê de Insumo Farmacêutico Ativo (Cadifa);
- Bula e rotulagem de medicamentos;
- Consulta Pública sobre o Piloto de Implementação do Protocolo de Gerenciamento de Mudanças Pós-registro (PGMP) de medicamentos;
- Pleito para prorrogação dos prazos de transitoriedade para o marco regulatório de Boas Práticas de Fabricação.

Foto: Divulgação



## Visita à planta da Centroflora

Ana Claudia Oliveira, consultora *ad hoc* de Propriedade Intelectual, Inovação e Biodiversidade da ABIFINA, visitou as instalações industriais e a fazenda de Jaborandi da Centroflora em Parnaíba (PI) no final de novembro. O objetivo foi acompanhar o processo de cultivo da planta e a extração da pilocarpina. Chamou atenção o caráter sustentável e inovador do Grupo Centroflora, que utiliza processos produtivos sem descarte de resíduos no meio ambiente. Cristina Ropke, diretora de Biodiversidade da ABIFINA e diretora de Inovação da Centroflora, e Tania Sawada, gerente de Projetos da Centroflora, acompanharam a consultora na ida às instalações.

# Revisão da TEC e Ex-tarifários em debate

A coordenadora de Comércio Exterior da ABIFINA, Fernanda Costa, acompanhou nos últimos meses diversas reuniões da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Economia debateram principalmente a presidência Pro Tempore brasileira no Mercosul, além da recente revisão unilateral da Tarifa Externa Comum (TEC) e a renovação dos regimes especiais de importação.

Segundo os negociadores do acordo regional, a revisão da TEC realizada somente pelo Brasil (redução de 10%) encontra eco nos demais parceiros do Mercosul, mas até o momento não foi adotada por eles. Já os Regimes Especiais - como as Listas de Exceções da TEC (Letec) e os ex-tarifários de bens de capital (BK) e de informática e telecomunicação (BIT) - tiveram a sua renovação pelo Mercosul no mês de dezembro e terão vigência até final de 2028.

## RÁPIDAS

### FARMACOPEIA BRASILEIRA

A Anvisa publicou o Plano Estratégico Quinquenal da Farmacopeia Brasileira 2021-2026, que contou com a participação da ABIFINA. O presidente-executivo da entidade, Antonio Bezerra, é membro titular do Comitê Gestor da Farmacopeia Brasileira, no qual representa o segmento de insumos farmacêuticos. O documento tem três objetivos estratégicos para o órgão, definindo ações e resultados esperados.

### PARCERIA RENOVADA

No fim de novembro, a ABIFINA e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) firmaram, por mais um ano, acordo de parceria a fim de fortalecer o setor farmoquímico nacional. A ideia é reduzir a dependência do Brasil com relação à importação de matérias-primas, uma vez que o País vive uma crise na produção para insumos farmacêuticos ativos (IFAs). Tal preocupação foi acentuada com a pandemia e seus efeitos nos diversos setores econômicos.

### SONHO DISTANTE?

Entidades da indústria, entre elas a ABIFINA, assinaram um manifesto em apoio à PEC 110/2019. O documento foi publicado em outubro nos jornais Folha de São Paulo, O Globo e Correio Braziliense, pedindo urgência na aprovação da matéria. No entanto, isso parece distante. O PAINEL DO PODER - pesquisa trimestral do site Congresso em Foco com lideranças parlamentares - revelou em outubro que, na visão dos consultados, é grande a chance

de aprovação da proposta, porém o desinteresse do governo (adicione-se a proximidade das eleições) reduz as chances disso acontecer ainda nesta Legislatura.

### XXI CONGRESSO FARMACÊUTICO

“Produzir IFA no Brasil é estratégico tanto para o pleno fornecimento de medicamentos, quanto para alavancar a pesquisa farmacêutica e química, pois conecta sociedade, pesquisadores e produto”. A afirmação fez parte da palestra que o vice-presidente do segmento farmoquímico da ABIFINA, Antonio Carlos Teixeira, proferiu no XXI Congresso Farmacêutico de São Paulo, que ocorreu no dia 11 de novembro. O tema da palestra foi objeto de artigo assinado na Revista do Farmacêutico, do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo.

### ABIFINA PRESENTE NO VII FORO DEL MERCOSUR

O presidente-executivo da ABIFINA, Antonio Carlos Bezerra, apresentou os requisitos para o setor de fármacos ser fortalecido, em outubro, durante o primeiro dia do “VII Foro Empresarial del Mercosur”. Entre os pontos elencados, estão o fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação, aumento da capacidade produtiva, uso do sistema de compras públicas, incentivo regulatório (priorização na análise de DMF nacionais) e aumento da competitividade. O evento foi organizado pelo Brasil, na condição de presidente Pro Tempore do Mercosul neste semestre, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).



## Evite produtos ilegais!

Os crimes que envolvem defensivos agrícolas e produtos veterinários, como falsificação, roubo e contrabando, são práticas recentes no Brasil. As primeiras apreensões de artigos ilícitos foram registradas a partir do ano 2000 e, desde então, não pararam de crescer, graças às ações de combate realizadas pelas autoridades brasileiras policiais e de fiscalização aduaneira e agropecuária.

Para saber mais, consulte a **Cartilha de combate à pirataria de insumos agropecuários**, uma realização da ABIFINA, com o apoio do CNCP. Acesse em: [www.abifina.org.br](http://www.abifina.org.br).

Apoio:



SECRETARIA NACIONAL DO  
CONSUMIDOR

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



# INOVAÇÃO

## QUE RENOVA O MERCADO E TRANSFORMA VIDAS

Há anos trabalhamos na síntese de moléculas capazes de resultar em novos fármacos. São inovações radicais e incrementais que **TRANSFORMAM o mercado farmacêutico brasileiro e atendem às necessidades médicas, dos pacientes e atravessam fronteiras rumo ao exterior.**

Trabalhamos na ampliação da **QUALIDADE DE VIDA** de quem entrega a saúde em nossas mãos.

### EVOLUIR É VITAL

**biolab**  
FARMACÊUTICA

Biolab Farmacêutica



biolabfarmaceutica



Biolab Farmacêutica



www.**biolabfarma**.com.br

**SAC 0800 724 6522**

